

# Boletim <sup>de</sup> Serviço





**ROBERTO DE SOUZA SALLES**

Reitor

**SIDNEY LUIZ DE MATOS MELLO**

Vice – Reitor

**ROSANE PIRES FERNANDES**

Superintendente de Comunicação Social

# SUMÁRIO

ESTE BOLETIM DE SERVIÇO É CONSTITUÍDO DE 071 (SETENTA E UMA) PÁGINAS  
CONTENDO AS SEGUINTE MATÉRIAS:

## SEÇÃO II

### PARTE 1

#### DESPACHOS E DECISÕES

REITOR.....02

## SEÇÃO IV

ADITAMENTO – DOUTORADO EM BIOLOGIA.....05

#### INSCRIÇÃO PARA O CURSO DE:

MESTRADO PROFISSIONAL EM JUSTIÇA ADMINISTRATIVA.....06

MESTRADO PROFISSIONAL EM DEFESA E SEGURANÇA CIVIL.....30

MESTRADO EM MODELAGEM COMPUTACIONAL EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....37

MESTRADO PROFISSIONAL EM DEFESA E SEGURANÇA CIVIL (TURMA CORPORATIVA).....41

MESTRADO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA DEFESA E DA SEGURANÇA.....48

MESTRADO E DOUTORADO EM MEDICINA VETERINÁRIA (CLÍNICA E REPRODUÇÃO ANIMAL).....63

DECISÃO PPGJA.....69

ANTONIO LIMA VIANA  
Gerente da Gerência Plena de Comunicações  
Administrativas

LEONARDO VARGAS DA SILVA  
Pro Reitor de Administração

**SEÇÃO II****Parte 1:****PORTARIA N.º 47.611 de 20 de setembro de 2012.****EMENTA:** Retificação de Portaria de concessão de Progressão por Mérito Profissional.**O Reitor da Universidade Federal Fluminense**, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais;

RESOLVE:

**Art. 1º - Retificar, em parte, o anexo 1 à Portaria nº 43.139 de 28/09/2010** que concedeu Progressão por Mérito Profissional aos servidores técnico-administrativos desta Universidade, publicada no BS/UFF nº 173 de 20/10/2010, **alterando o padrão de vencimento da servidora Marcia de Lima Rangel**, mat. **SIAPE 1433167**, conforme se segue:

Matrícula SIAPE	Nome	Cargo	Nível de Classificação	Padrão de Vencimento		Vigência
				De	Para	
1433167	MARCIA DE LIMA RANGEL	Técnico em Enfermagem	D	4	5	25/09/2010

**Art. 2º - Retificar, em parte, o anexo 2 à Portaria nº 46.667 de 04/04/2012**, que concedeu Progressão por Mérito Profissional aos servidores técnico-administrativos desta Universidade, publicada no BS/UFF nº 66 de 19/04/2012, **alterando o padrão de vencimento dos servidores abaixo relacionados**, conforme se segue:

Matrícula SIAPE	Nome	Cargo	Nível de Classificação	Padrão de Vencimento		Vigência
				De	Para	
307850	ELIZABETH CARVALHO DE ALMEIDA	Técnico em Enfermagem	D	13	14	26/02/2012
310404	EMILIA PONTES DA SILVA	Auxiliar de Enfermagem	C	13	14	31/01/2012
241822	JOSELMA CARLOS SIMAS GANDARAO	Auxiliar de Enfermagem	C	13	14	13/02/2012
1433167	MARCIA DE LIMA RANGEL	Técnico em Enfermagem	D	5	6	25/03/2012
238829	MARCONE FERREIRA DE SOUZA	Auxiliar de Enfermagem	C	13	14	06/02/2012
307771	MARIA TERESA FERREIRA MONTEIRO	Enfermeiro – Área	E	15	16	25/02/2012
307125	OLGA MARIA LIMA RODRIGUES	Técnico em Enfermagem	D	15	16	06/01/2012
653655	SIMONE MARIA DELMIRO DA SILVA	Técnico em Enfermagem	D	15	16	01/01/2012

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ROBERTO DE SOUZA SALLES

Reitor

#####

**PORTARIA N.º 47.612 de 20 de setembro de 2012.**

**EMENTA:** Retificação de Portaria de concessão de Progressão por Mérito Profissional.

**O Reitor da Universidade Federal Fluminense**, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais;

RESOLVE:

Art. 1º - **Retificar, em parte, o anexo 2 à Portaria nº 46.987 de 25/05/2012**, que concedeu Progressão por Mérito Profissional aos servidores técnico-administrativos desta Universidade, publicada no BS/UFF nº 120 de 17/07/2012, **alterando o padrão de vencimento dos servidores abaixo relacionados, conforme se segue:**

Matrícula SIAPE	Nome	Cargo	Nível de Classificação	Padrão de Vencimento		Vigência
				De	Para	
1280925	ISABEL CRISTINA DE JESUS ALMEIDA	Enfermeiro - Área	E	8	9	08/05/2012
310584	MARIA CONSUELO RODRIGUES DOS SANTOS	Auxiliar de Enfermagem	C	12	13	06/05/2012

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ROBERTO DE SOUZA SALLES

Reitor

#####

**PORTARIA N.º 47.641 de 24 de setembro de 2012.**

**O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais;

**Considerando** o que consta do processo nº 23069.051678/2012-11;

RESOLVE:

I - **Convalidar** os atos praticados durante o período de 18/12/2008 até a nomeação do novo titular da função por **CLEVERSON GUIZAN SILVA**, Professor de 3ª Grau, matrícula SIAPE nº 308161, pertencente ao Quadro Permanente da Universidade, enquanto no exercício da função de **Coordenador do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Geologia e Geofísica Marinha, nível de Mestrado e Doutorado**, realizado pelo Instituto de Geociências.

II - Esta convalidação corresponde a função gratificada – código **FG-1**

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ROBERTO DE SOUZA SALLES  
Reitor  
#####

**PORTARIA N.º 47.642 de 24 de setembro de 2012.**

**O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais;

**Considerando** o que prescreve o Regulamento dos Programas de Pós-Graduação “stricto sensu”, aprovado pela Resolução nº. 02 de 13.01.2010, do Conselho de Ensino e Pesquisa;

**Considerando** o que consta do Processo nº. 23069.051678/2012-11,

RESOLVE:

I – **Designar**, dentre os membros do Colegiado, **CLEVERSON GUIZAN SILVA**, Professor de 3º Grau, matrícula SIAPE nº. 308161, do Quadro Permanente da Universidade, para exercer, “**pro tempore**”, a função de **Coordenador do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Geologia e Geofísica Marinha, nível de Mestrado e Doutorado**, realizado pelo Instituto de Geociências.

II - Esta designação corresponde a função gratificada – código FG-1, a partir de sua publicação no Diário Oficial da União.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ROBERTO DE SOUZA SALLES  
Reitor  
#####

**SEÇÃO IV****Curso de Doutorado em Biologia Marinha  
Aditamento ao Edital de Seleção - 2º semestre de 2012**

- O Programa de Pós Graduação em Biologia Marinha, faz saber a alteração do quadro de professores aptos a orientar, lido:

**PROFESSORES APTOS A ORIENTAR:**

Nome	Linha da Pesquisa
AGUINALDO NEPOMUCENO MARQUES JUNIOR	Poluição Marinha
CASSIANO MONTEIRO NETO	Biologia, Ecologia e Conservação do Nécton
CINTHYA SIMONE GOMES DOS SANTOS	Biologia do Bentos
EDSON PEREIRA DA SILVA	Genética Marinha
MIRIAN ARAÚJO CARLOS CRAPEZ	Poluição Marinha
ROBERTO CAMPOS VILLAÇA	Biologia do Bentos

**Leia-se:****PROFESSORES APTOS A ORIENTAR:**

Nome	Linha da Pesquisa
AGUINALDO NEPOMUCENO MARQUES Jr.	- Poluição Marinha
CASSIANO MONTEIRO NETO	- Biologia, Ecologia e Conservação do Nécton
CINTHYA SIMONE GOMES DOS SANTOS	- Biologia do Bentos
DIANA NEGRÃO CAVALCANTI	- Produtos Naturais Marinhos
EDSON PEREIRA DA SILVA	- Genética Marinha
FÁBIO BETTINI PITOMBO	- Biologia do Bentos
LÁZARO LUIZ MATTOS LAUT	- Paleoecologia - Poluição Marinha
MIRIAN ARAÚJO CARLOS CRAPEZ	- Poluição Marinha
ROBERTO CAMPOS VILLAÇA	- Biologia do Bentos
SÉRGIO DE OLIVEIRA LOURENÇO	- Biologia do Bentos - Biologia do Plâncton Marinho

Niterói, 19 de setembro de 2012.

AGUINALDO NEPOMUCENO MARQUES JUNIOR  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Biologia Marinha

# # # # #

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO JUSTIÇA ADMINISTRATIVA (PPGJA) - CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL****EDITAL DE SELEÇÃO - TURMA 2013****Secretaria Executiva do PPGJA**

Núcleo de Ciências do Poder Judiciário (Nupej), Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Rua Professor Hernani Melo, nº 84, São Domingos, Niterói-RJ, CEP: 24.210-130.

Tel.: 55 (21) 2629-2511

Atendimento: 2ª a 6ª feira, das 11h às 16h.

E-mail: < [secretaria\\_ppgja@nupej.uff.br](mailto:secretaria_ppgja@nupej.uff.br) >

A Universidade Federal Fluminense (UFF), com apoio da Justiça Federal do Rio de Janeiro, torna público que, no período de 26 a 30 de novembro de 2012, estarão abertas as inscrições para a seleção dos candidatos ao ingresso no Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa (PPGJA).

**1. MESTRADO PROFISSIONAL****1.1. Resumo**

O Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa / PPGJA (Mestrado Profissional), iniciado em 2010, foi impulsionado pelas atividades de pesquisa e de ensino voltadas para a efetividade da jurisdição que foram desenvolvidas na Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria – de 10 anos - com o Conselho da Justiça Federal, junto ao Grupo de Pesquisa Efetividade da Jurisdição (GPEJ-CNPq). Além de objetivar a formação de profissionais aptos a contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema judicial de proteção do cidadão em face da Administração Pública, intenciona promover a pesquisa nas áreas de conhecimento – as fundamentais e as instrumentais à prestação jurisdicional administrativa -, de modo que a investigação científica passe a ser considerada uma permanente ferramenta de trabalho daqueles que atuam perante os órgãos que julgam a Administração Pública. Portanto, preocupado com a área meio e a área fim dos órgãos de justiça administrativa, o PPGJA está pautado em linhas e projetos de investigação interdisciplinares, nacionais e internacionais – de relevância para a Justiça Federal brasileira segundo o próprio Conselho da Justiça Federal – e que possuem lastro nos Programas de Pós-Graduação (Mestrado Acadêmico e Doutorado) da UFF, nas áreas da Sociologia e Direito, Economia, História, Filosofia, Psicologia, Saúde Coletiva, Comunicação Social, Ciência da Informação, Matemática e Ciência da Computação. Parte do seu conteúdo programático foi incorporada em projeto de ensino internacional financiado pelo DAAD, encontrando-se hoje irradiado nos cursos de graduação afins da UFF, por iniciativa do recém implantado Departamento de Ciências Judiciárias, ao qual o PPGJA, ao lado do Núcleo de Ciências do Poder Judiciário (Nupej), está formalmente vinculado. O corpo docente permanente é composto de treze professores do quadro efetivo da UFF, todos em regime integral, a maioria dedicação exclusiva. O corpo docente colaborador compreende três docentes que foram escolhidos dentre diversos estrangeiros que mantêm cooperação com o GPEJ e o Nupej. Essa escolha espelha estrategicamente os objetivos acadêmicos do PPGJA, pois associa dois professores alemães e um francês, acompanhando a perspectiva comparada Europa – América Latina, a partir dos sistemas alemão e francês – que são os paradigmas para os sistemas judiciais administrativos na América Latina. Os projetos de pesquisa em desenvolvimento contam com a cooperação de instituições científicas e judiciárias sediadas na América Latina e Europa, e, desde 2012, nos EUA, Ásia e África.

## 1.2. Contextualização

As expressões “justiça administrativa” e “jurisdição administrativa” indicam os órgãos jurisdicionais destinados ao julgamento dos litígios de direito público ou de interesse da Administração Pública (justiça administrativa) e a natureza e o alcance da jurisdição prestada pelos mesmos (jurisdição administrativa), independentemente da existência ou não de um sistema administrativista ou judicialista, monista ou dualista, do controle judicial da Administração Pública, de acordo com o entendimento adotado pelos membros da equipe do projeto euro-americano “Código modelo de jurisdição administrativa”, do Grupo de Pesquisa Efetividade da Jurisdição (GPEJ), quando da reunião ocorrida em setembro de 2006, na Universidade Alemã de Ciências da Administração Pública de Speyer (DHV), Alemanha, e da qual participaram especialistas do Brasil, Alemanha, França, Espanha, Argentina e Venezuela.

A abordagem acadêmica, em nível *stricto sensu*, sobre a “justiça administrativa” e a “jurisdição administrativa” é absolutamente inédita no Brasil, que, contrariamente à maioria esmagadora dos Estados latino-americanos e europeus, não possui uma legislação processual que consagre os princípios adequados aos litígios judiciais de direito público ou de interesse da Administração Pública - o que pode ser considerado uma das principais causas da falta de efetividade da proteção judicial do cidadão em face da Administração Pública e, inclusive, capaz de dificultar a consolidação do Estado de Direito. Como consequência dessa lacuna legislativa no âmbito dos cursos de graduação e de pós-graduação das faculdades de Direito no país, o tema acabou no limbo, nem no direito processual civil nem no direito administrativo – mas em uma zona cinzenta - fato que despertou o interesse da Faculdade de Direito da UFF em investir no desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão nessa área, dentre as quais um curso de especialização voltado para juízes federais, contando para tanto, desde 1999, com o apoio do Conselho da Justiça Federal – órgão que coordena financeira e administrativamente a Justiça Federal, ramo do Poder Judiciário brasileiro que tem por missão predominante julgar justamente os litígios de interesse da Administração Pública federal.

A iniciativa do Grupo de Pesquisa GPEJ, que desde o seu surgimento em 2002 associa o Direito à Sociologia no desenvolvimento de atividades acadêmicas destinadas à efetividade da jurisdição administrativa, veio a ser chancelada pela Escola Nacional de Magistratura (ENFAM) - instituída pela Emenda Constitucional 45 - quando do advento de suas Resoluções nº 1 e 2. No mesmo sentido, decidiu o Conselho da Justiça Federal (Projeto Político Pedagógico do Plano Nacional de Aperfeiçoamento e de Pesquisa para juízes federais / PNA – 2008/2009) que “as profundas transformações nas áreas econômica, política e sociocultural, tanto no plano científico como tecnológico e operacional, ocorridas, em ritmo cada vez mais acelerado, nos últimos tempos, requerem uma mudança de atitude do Judiciário e dos magistrados para que possam corresponder aos atuais anseios da sociedade. A natureza das demandas atuais exige do magistrado um conhecimento cada vez mais amplo e multidisciplinar: As novas gerações de juízes e magistrados deverão ser equipados com conhecimentos vastos e diversificados (econômicos, sociológicos, políticos) sobre a sociedade em geral e sobre a administração da justiça em particular”.

De fato, é consenso que o impacto socioeconômico da jurisdição administrativa, bem como a crescente judicialização das políticas públicas, exige daqueles que atuam perante órgãos de justiça administrativa conhecimentos específicos de ciências afins, como Sociologia, Economia, Saúde Coletiva ou Meio Ambiente. Por outro lado, uma jurisdição de qualidade não depende tão-somente dos conhecimentos necessários à solução de um litígio (atividade fim), mas também de conhecimentos sobre ciências – ditas auxiliares e dirigidas a juízes ou a administradores do judiciário - que propiciem os meios e infraestrutura adequados àquela prestação jurisdicional (atividade meio).

Portanto, além de um aprofundamento das atividades de ensino, partindo, de um curso de especialização destinado a juízes federais, para um mestrado profissional, como reflexo direto das pesquisas na área - em nível internacional - sediadas na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), buscou-se uma ampliação horizontal, de modo a otimizar na mesma direção as demais atividades e projetos de pesquisa vinculados ao tema “efetividade da jurisdição” e em desenvolvimento isoladamente nas diversas células departamentais da própria UFF no âmbito dos cursos de graduação e programas de pós-graduação stricto sensu seguintes: Ciências Sociais (graduação e mestrado acadêmico); Direito (graduação e mestrado acadêmico); Sociologia e Direito (mestrado acadêmico e doutorado); Economia (graduação, mestrado acadêmico e doutorado); História (graduação, mestrado acadêmico e doutorado); Ciências Políticas (graduação, mestrado acadêmico e doutorado); Filosofia (graduação); Psicologia (graduação, mestrado acadêmico e doutorado); Saúde Coletiva (mestrado acadêmico); Comunicação Social (graduação, mestrado acadêmico e doutorado); Ciência da Informação (graduação, mestrado acadêmico e doutorado); Ciência da Computação (graduação, mestrado acadêmico e doutorado). Dessa maneira, o Curso de Mestrado Profissional Justiça Administrativa PPGJA, que é um mestrado independente, mantém com os citados cursos de graduação e programas de pós-graduação uma relação alimentada pelos projetos de pesquisa existentes, sendo por estes impulsionados, sem prejuízo – frise-se – dos projetos de pesquisa interdisciplinares instituídos no âmbito do próprio PPGJA e do Nupej.

### **1.3. Objetivo – perfil profissional a ser formado**

O PPGJA (Mestrado Profissional), além de objetivar a formação de profissionais aptos a contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema judicial de proteção do cidadão em face da Administração Pública, intenciona a implantação da pesquisa nas áreas de conhecimento – as fundamentais e as instrumentais à prestação jurisdicional administrativa -, de modo que a investigação científica passe a ser considerada uma permanente ferramenta de trabalho daqueles que atuam perante os órgãos que julgam a Administração Pública. O PPGJA é dirigido a profissionais graduados com experiência comprovada no âmbito dos órgãos jurisdicionais que julgam a Administração Pública, tais como juízes, membros do Ministério Público, agentes públicos em geral, serventuários, advogados públicos e privados, e profissionais que atuam como peritos judiciais.

### **1.4. Linhas de pesquisa**

#### **1.4.1. Justiça administrativa e fortalecimento do Estado de Direito**

Objetiva uma reflexão sobre os princípios vetores e o alcance da denominada "jurisdição administrativa" – exercida pelo Poder Judiciário – a partir do aprofundamento em conhecimentos jurídicos, históricos, políticos e sociológicos fundamentais para o exercício adequado daquela função estatal, além de buscar uma maior compreensão dos valores considerados nas políticas públicas, em especial as de saúde, financeira e ambiental, propiciando uma visão mais larga do impacto da jurisdição administrativa, que, necessariamente, é fruto da ponderação daqueles mesmos valores, entre si ou entre outros de igual peso constitucional (vida, liberdade, propriedade, segurança, etc.).

#### **1.4.2. Inovações na gestão dos órgãos de justiça administrativa**

Busca aprofundar conhecimentos técnico-científicos e instrumentais para o exercício da jurisdição administrativa, valendo-se da Filosofia, Lógica e Hermenêutica, Mídia, Gestão Documental, Arquivologia, Inovações Tecnológicas, e Estatística Judiciária.

### **1.5. Projetos de pesquisa**

De acordo com a subárea escolhida e sua correspondente linha de pesquisa, os discentes poderão ser convidados a participar da equipe de projetos de investigação em desenvolvimento no âmbito do Núcleo de Ciências do Poder Judiciário da Universidade Federal Fluminense (Nupej-UFF). Esses projetos, cuja descrição encontra-se no Anexo I, estão assim agrupados:

Linhas de pesquisa	Projetos de pesquisa*
Justiça administrativa e fortalecimento do Estado de Direito	1. Código modelo euro-americano de jurisdição administrativa
	2. A formação da justiça administrativa no Brasil
	3. Impacto econômico da jurisdição administrativa
	4. Judicialização das políticas de saúde
Inovações na gestão dos órgãos de justiça administrativa	5. Dinâmica da produção do conhecimento em Direito: da gestão documental à comunicação científica
	6. Ética, Mídia e Judiciário

\* Ementas: Anexo I

## 1.6. Disciplinas

### 1.6.1. Disciplinas obrigatórias \*

Bases históricas e políticas da justiça administrativa
Princípios fundamentais e regras gerais da jurisdição administrativa
Análise econômica do interesse público
Metodologia da pesquisa científica e jurídica

### 1.6.2. Disciplinas optativas \*

Linha de pesquisa	Disciplina optativa
Justiça administrativa e fortalecimento do Estado de Direito	Interesse público e escolha pública
	Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado
	Economia e judicialização das políticas ambientais
	Impacto social da jurisdição administrativa
	A cooperação interjurisdicional e as causas transnacionais de interesse estatal
Inovações na gestão dos órgãos de justiça administrativa	Ética e Judiciário
	Argumentação, lógica e fundamentação das decisões judiciais
	Imprensa, mídia e jurisdição
	Comunicação científica, gestão documental e arquivística
	Inovações tecnológicas e estatística judiciária

\* Ementas: Anexo I

## 1.7. Estrutura curricular (Resolução CEP nº 294/2009)

O Curso de Mestrado terá a duração e carga horária de 720 (setecentos e vinte) horas equivalentes a 48 (quarenta e oito) créditos. Cada unidade de crédito corresponde a 15 (quinze) horas de aula ou de atividades.

Constituem atividades programadas a participação em seminários de pesquisa, eventos e missões científicas realizados no âmbito do PPGJA, estudos supervisionados por docente do PPGJA, dentre outras a critério do Colegiado. As atividades programadas serão relacionadas com o objeto da dissertação do mestrando.

Para integralizar 720 horas (48 créditos), o discente deverá observar o seguinte:

- a) 4 disciplinas obrigatórias, cada uma com 45 horas (3 créditos), e 4 disciplinas optativas, cada uma também com 45 horas (3 créditos), em um total de 360 horas (24 créditos).
- b) 2 atividades programadas, cada uma com 45 horas (3 créditos), em um total de 90 horas (6 créditos).
- c) elaboração e defesa de projeto (exame de qualificação), em 60 horas (4 créditos), e elaboração e defesa do trabalho final, em 210 horas (14 créditos).

### 1.8. Desenvolvimento

As aulas e as atividades programadas serão inteiramente presenciais e ocorrerão uma vez por mês, durante uma semana, nos dias e horários abaixo fixados.

No ano 2013, as aulas e atividades ocorrerão das 8h às 13h e das 15h às 19h, nos períodos de 4 a 8 de março, 1 a 5 de abril, 6 a 10 de maio, 3 a 7 de junho, 1 a 5 de julho, 5 a 9 de agosto, 2 a 6 de setembro, 30 de setembro a 4 de outubro, 4 a 8 de novembro, e 2 a 6 de dezembro.

Quanto aos mestrandos selecionados por meio deste Edital, o exame de qualificação ocorrerá nos dias 7 e 8 de agosto de 2014, das 8h às 13h e das 15h às 19h, e a defesa do trabalho final, nos dias 4 e 5 de dezembro de 2014, e 23 e 24 de fevereiro de 2015, das 8h às 13h e das 15h às 19h.

### 1.9. Corpo docente

#### 1.9.1. Corpo permanente

CARLOS GABRIEL GUIMARÃES

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4782935P7>

CARMEM APARECIDA DO VALLE COSTA FEIJÓ

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4781071Z2>

EDSON ALVISI NEVES

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4730994Z3>

FABIANA D'ANDREA RAMOS

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4799779H1>

GILVAN LUIZ HANSEN

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4766764P9>

LUIZ MANOEL SILVA DE FIGUEIREDO

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4788566T5>

MARIA LÍVIA DO NASCIMENTO

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4787345Y0>

RICARDO PERLINGEIRO

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4792663T6>

ROSA INÊS DE NOVAIS CORDEIRO

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4788682H0>

RUY AFONSO DE SANTACRUZ LIMA

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=W134154>

SANDRA LÚCIA REBEL GOMES

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4799427E7>

SYLVIA MORETZSOHN

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4713107E5>

TÚLIO BATISTA FRANCO

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4758000P1>

WILSON MADEIRA FILHO

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4785572J7>

### 1.9.2. Corpo colaborador

DAVID CAPITANT <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4247604Z8>

HERMANN-JOSEF BLANKE <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=W120485>

KARL PETER SOMMERMANN

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=W121820>

## 2. INSCRIÇÕES

### 2.1. Público alvo

O Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa (PPGJA) é dirigido a profissionais graduados com **experiência comprovada** no âmbito dos órgãos jurisdicionais que julgam a Administração Pública.

### 2.2. Vagas e subáreas

Serão oferecidas, no total, 22 (vinte e duas) vagas, dentre as quais 2 (duas) serão reservadas, na subárea Justiça Administrativa e Estado de Direito, para estrangeiros não residentes no Brasil. As vagas oferecidas serão distribuídas por subáreas (conforme a tabela abaixo), que deverão ser indicadas pelos candidatos no momento da inscrição, ao apresentarem o seu pré-projeto de dissertação, e às quais permanecerão vinculados para sua dissertação final.

Linha de pesquisa	Subárea	Vagas para brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil	Vagas para estrangeiros não residentes no Brasil
Justiça administrativa e fortalecimento do Estado de Direito	Justiça Administrativa e Estado de Direito	4	2
	Justiça Administrativa e História	3	
	Justiça Administrativa e Meio Ambiente	3	

	Justiça Administrativa e Saúde Coletiva	4	
Inovações na gestão dos órgãos da justiça administrativa	Justiça Administrativa e Ética	3	
	Justiça Administrativa e Mídia	3	

### 2.3. Inscrições

#### 2.3.1. Inscrição presencial (pessoal ou por representação)

**2.3.1.1.** Período/Horário: **26 a 30 de novembro de 2012**, de 2ª a 6ª feira, das 09h às 12h e das 14h às 17h.

**2.3.1.2.** Local: Secretaria Executiva do PPGJA, Núcleo de Ciências do Poder Judiciário (Nupej), localizado na Rua Professor Hernani Melo, nº 84, São Domingos, Niterói-RJ, e-mail: <[secretaria\\_ppgja@nupej.uff.br](mailto:secretaria_ppgja@nupej.uff.br)>, tel.: 55 (21) 2629-2511.

**2.3.2.** Inscrição à distância (via postal – por SEDEX, com aviso de recebimento – para o “Núcleo de Ciências do Poder Judiciário - Nupej, Rua Professor Hernani Melo, nº 84, São Domingos, Niterói-RJ, Brasil, CEP: 24.210-130”), **no período de 26 a 30 de novembro de 2012**, condicionada ao encaminhamento por meio eletrônico (e-mail: <[secretaria\\_ppgja@nupej.uff.br](mailto:secretaria_ppgja@nupej.uff.br)>), dentro do mesmo prazo, da ficha de inscrição e demais documentos.

### 2.4. Documentos necessários

Os candidatos deverão apresentar, no ato da inscrição, os documentos abaixo relacionados:

**2.4.1.** Ficha de inscrição 2013 (Anexo II), impressa e preenchida em computador (digitada).

**2.4.2.** Justificativa de interesse do candidato, explicitando a relação do Curso com seus objetivos profissionais.

**2.4.3.** Pré-projeto de dissertação, com até 30 (trinta) páginas, redigido em português ou espanhol, onde deverá constar, de acordo com o Anexo III: o nome do candidato, o tema de pesquisa, a hipótese de trabalho, sua relevância e viabilidade, o estado atual sobre a questão levantada, uma discussão conceitual e metodológica, as fontes de investigação, a bibliografia básica e o cronograma de trabalho.

**2.4.4.** Currículo, apresentado no modelo Lattes - disponível para preenchimento no site <<http://lattes.cnpq.br/>>. Os comprovantes correspondentes (cópias de diplomas, certificados, declarações, capas de publicações, índice e ficha catalográfica, quando houver, etc.) deverão ser encadernados, numerados e entregues em uma única via somente quando da realização da segunda etapa do concurso.

**2.4.5.** Ficha cadastral (Anexo V) devidamente preenchida e assinada.

**2.4.6.** Duas fotografias 3x4.

**2.4.7.** Cópia da carteira de identidade e do CPF (ou passaporte, para estrangeiros não residentes); do diploma do curso de graduação em qualquer área de conhecimento (ou, caso o candidato não possua tal diploma, no momento da inscrição, poderá apresentar uma declaração da Faculdade atestando que o mesmo concluiu a graduação, condicionado, porém, à posterior apresentação do diploma); e do histórico escolar da graduação.

Os documentos constantes dos itens 2.4.1, 2.4.2, 2.4.3 e 2.4.4 deverão ser apresentados em 2 (duas) vias, separadamente, em encadernação simples. Quanto aos documentos referentes aos itens 2.4.5, 2.4.6 e 2.4.7, devem ser apresentados sem encadernação, em um envelope não lacrado.

### 3. SELEÇÃO

O processo seletivo será constituído de 2 (duas) etapas. O candidato que faltar a qualquer uma dessas etapas será eliminado.

#### 3.1. Primeira etapa

**3.1.1.** Os candidatos inscritos submeter-se-ão a uma seleção constituída de 2 (duas) etapas, compondo-se a primeira etapa de prova de conteúdo escrita, com 2 (duas) questões relacionadas com a subárea escolhida pelo candidato no momento da inscrição, que versarão sobre a bibliografia indicada (Anexo V) e terá duração de 3 (três) horas, vedada a consulta, e de uma prova de proficiência em língua estrangeira (a escolher: alemão, francês, inglês ou italiano), com duração de 1 (uma) hora, visando aferir a capacidade de compreensão de texto sobre questões afetas ao Programa, sendo facultado o uso de dicionário em papel.

**3.1.2.** Cada prova escrita terá o valor máximo de 10,0 (dez) e será eliminatória. Serão eliminados os candidatos que não atingirem o grau numérico mínimo 7,0 (sete) em cada prova. A nota da prova de conteúdo comporá a nota final dos candidatos com peso 4,0 (quatro) e a de língua estrangeira com peso 1,0 (um).

#### 3.2. Segunda etapa

**3.2.1.** A segunda etapa, também de caráter eliminatório, consistirá em duas fases, cuja nota máxima será 10,0 (dez) pontos cada uma.

**3.2.2.** 1ª fase: Avaliação e defesa oral do pré-projeto de dissertação (Anexo II).

**3.2.3.** No pré-projeto, serão considerados os seguintes pontos: a) importância para o aperfeiçoamento do sistema judiciário referente aos órgãos que julgam as causas de interesse da Administração Pública; b) adequação fundamentada às linhas de pesquisa do Programa e à subárea escolhida; c) domínio da bibliografia básica sobre o tema proposto; d) construção do problema de pesquisa; e) metodologia.

**3.2.4.** 2ª fase: Entrevistas individuais com apresentação do curriculum vitae.

**3.2.5.** Nesta oportunidade o candidato deverá apresentar oralmente, sua trajetória acadêmica e profissional (de acordo com seu CV), assim como as contribuições que espera encontrar e fornecer ao Programa (carta justificando o interesse).

**3.2.6.** A pontuação do curriculum vitae seguirá os seguintes parâmetros:

Título	Ponto
Formação acadêmica (extensão, especialização) relacionada com a subárea escolhida	2,0
Experiência profissional relacionada com a subárea escolhida	5,0
Publicações de artigos ou livros relacionados com a subárea escolhida	2,0
Participação em eventos acadêmicos relacionados com a subárea escolhida	1,0

**3.2.7.** Serão aprovados na segunda etapa os candidatos que receberem grau mínimo de 7,0 (sete) em cada uma das fases. Para a composição da nota final o peso da 1ª fase (avaliação e defesa oral do projeto de pesquisa) será de 3,0 (três) e o peso da 2ª fase (entrevista) será de 2,0 (dois).

**3.2.8.** Após a realização das duas etapas da seleção, serão classificados os primeiros colocados de cada uma das subáreas indicadas no momento da inscrição, conforme o número de vagas previstas no item 2.2 deste edital, desde que tenham obtido a nota mínima de 7,0 (sete) como resultado final da média ponderada obtida em ambas as etapas.

**3.2.9.** Em caso de empate serão selecionados os candidatos que obtiverem as melhores notas, sucessivamente, na prova de conhecimento, no pré-projeto de dissertação, na entrevista e na prova de proficiência em línguas. Persistindo o empate, prevalecerá o candidato de maior idade.

### 3.3. Candidatos estrangeiros não residentes no Brasil

Os candidatos estrangeiros não residentes no Brasil participarão apenas da segunda etapa, ocasião em que será necessário demonstrar proficiência na língua portuguesa.

### 3.4. Cronograma

Para as diferentes etapas do processo seletivo, o candidato deverá estar munido do documento de identidade. As etapas serão realizadas segundo o cronograma abaixo:

#### 3.4.1. Primeira etapa

Dia	Horário	Atividade	Local
07.12.12	13h	Entrada nas salas e conferência dos documentos de identidade e assinaturas.	Faculdade de Direito da UFF, Niterói-RJ
	14h	Prova de conteúdo e de língua estrangeira.	
14.12.12	18h	Divulgação do resultado da primeira etapa e da relação do dia e horário da defesa oral de cada candidato aprovado.	Internet

#### 3.4.2. Segunda etapa

Dia	Horário	Atividade	Local
20 e 21.12.12	9h30min-20h	Entrega dos comprovantes dos títulos constantes dos currículos apresentados (conforme item 2.4.5), defesa oral dos pré-projetos de pesquisa e entrevista.	Faculdade de Direito da UFF, Niterói-RJ
22.12.12	18h	Divulgação do resultado da segunda etapa e do resultado final do concurso.	Internet

Dependendo do número de candidatos inscritos, ambas as etapas deste certame poderão ser unificadas nos dias 7, 8 e 10 de dezembro de 2012, de modo que todos os candidatos que participarem da primeira etapa também poderão participar da segunda etapa, mediante prévia comunicação a ser oportunamente divulgada na Secretaria Executiva do PPGJA, Núcleo de Ciências do Poder Judiciário (Nupej), localizado na Rua Professor Hernani Melo, nº 84, São Domingos, Niterói-RJ, tel.: 55 (21) 2629-2511 e no seu site < [www.nupej.uff.br/ppgja](http://www.nupej.uff.br/ppgja) >.

### **3.5. Local de realização da seleção**

As duas etapas do concurso serão realizadas na Faculdade de Direito, situada na Rua Presidente Pedreira, nº 62, Ingá, Niterói-RJ. Oportunamente, serão comunicadas as salas correspondentes. Será desclassificado o candidato que não comparecer no horário, assim como aquele que faltar a qualquer das etapas da seleção.

### **3.6. Comissão examinadora**

A Comissão Examinadora, presidida pelo Coordenador do PPGJA, será composta pelos membros do corpo docente do Programa e por convidados especialistas.

### **3.7. Divulgação dos resultados**

Os resultados de todas as fases da seleção estarão à disposição dos candidatos no site do PPGJA < [www.nupej.uff.br/ppgja](http://www.nupej.uff.br/ppgja) >.

### **3.8. Devolução dos documentos**

Os documentos pessoais estarão disponíveis aos respectivos candidatos por até 30 (trinta) dias, a partir da data da divulgação do resultado final, quando, então, serão destruídos.

### **3.9. Recursos**

Serão admitidos recursos, até 2 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado de cada etapa, que estiverem fundamentados nos critérios adotados neste edital, não se permitindo a vista de provas antes do final do certame.

## **4. MATRÍCULA**

O candidato aprovado e classificado, tendo apresentado, no momento da inscrição, o diploma de graduação do curso reconhecido (frente e verso), a cópia do CPF e da identidade, bem como a ficha cadastral (Anexo V) corretamente preenchida, terá sua matrícula efetuada junto à Pró-Reitoria de Pós-Graduação desta Universidade (PROPPi), condicionada à entrega, impreterivelmente, até o dia **28 de fevereiro de 2013**, da autorização formal do dirigente máximo da Instituição a que estiver profissionalmente vinculado, quanto à sua participação nas atividades presenciais constantes do item 1.8 deste Edital.

### **4.1. Estrangeiros - títulos obtidos no exterior**

A matrícula dos estrangeiros não residentes ou daqueles que tenham obtido título de graduação no exterior, estará condicionada, além da apresentação dos documentos acima, ao encaminhamento do histórico do respectivo curso e ao referendo correspondente pelo Colegiado do PPGJA dos estudos realizados no exterior. As cópias do diploma de graduação e do histórico deverão estar autenticadas pelo consulado brasileiro no país onde foram expedidos e acompanhados de tradução juramentada.

A aceitação dos títulos emitidos por universidades estrangeiras para fins de matrícula no PPGJA não garante aos estudantes a equivalência de títulos para fins de revalidação ou registro que objetive o exercício da profissão no território brasileiro.

Será eliminado o candidato que, apesar de aprovado e classificado, não apresentar os documentos necessários à realização da matrícula dentro do prazo fixado, sendo convocado o candidato seguinte, de acordo com a ordem de classificação na subárea indicada quando da inscrição.

## **5. ADMISSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS**

Após o término do período de inscrição nas disciplinas, em dia a ser oportunamente comunicado, será aberto prazo para que os demais aprovados (não classificados) no concurso para ingresso no mestrado profissional solicitem uma vaga na condição de aluno especial. Quando da solicitação, o candidato a aluno especial deverá indicar sua subárea, que será a mesma do concurso para ingresso no mestrado profissional, bem como as disciplinas optativas que tiver interesse, por ordem de preferência. A seleção dos alunos especiais será de responsabilidade de comissão específica, designada pela presidência e pela coordenação da banca examinadora, a qual classificará os candidatos de acordo com a nota final obtida no concurso para ingresso no mestrado profissional. Cada aluno especial poderá participar de até 2 (duas) disciplinas disponíveis, uma por semestre letivo. As disciplinas e o número de vagas – por disciplina e subárea – serão divulgados semestralmente.

Os alunos especiais não serão matriculados no Curso, tampouco terão vantagens para ingresso posterior como aluno regular. Para receber declaração final de participação, o aluno especial precisará concluir, com aproveitamento, a disciplina correspondente.

## **6. GRATUIDADE**

O Mestrado Profissional do PPGJA é um curso gratuito, o que abrange a isenção de taxa de inscrição.

## **7. DIPLOMA**

O título de mestre obtido nos cursos de mestrado profissional reconhecidos e avaliados pela Capes e credenciados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) tem validade nacional.

## **8. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA**

Como referência, consta no Anexo V parte da bibliografia integrante das disciplinas do Curso.

## **9. CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pela Comissão Examinadora.

Niterói/RJ, 24 de setembro de 2012.

**A Comissão Examinadora**

RICARDO PERLINGEIRO  
Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa  
#####

## ANEXO I

## EMENTAS DOS PROJETOS DE PESQUISA E DAS DISCIPLINAS

## EMENTAS DOS PROJETOS DE PESQUISA

Projetos relacionados com a linha  
“Justiça administrativa e fortalecimento do Estado de Direito”

**1. Projeto CÓDIGO MODELO EURO-AMERICANO DE JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA.**

O projeto euro-americano Código modelo de jurisdição administrativa, vinculado ao Grupo de Pesquisa Efetividade da Jurisdição (GPEJ), e concebido no âmbito da Universidade Alemã das Ciências da Administração Pública de Speyer (Deutsche Hochschule für Verwaltungswissenschaften Speyer / DHV) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). O referido projeto, cujo objetivo é elaborar, sobre uma base comparativa, um código modelo para a jurisdição administrativa, vem sendo desenvolvido por meio de colóquios presenciais e de discussões via e-mail, com a participação de docentes das seguintes universidades: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Paris 1 - Panthéon-Sorbonne, França; Universidade Jaume I, Espanha; Universidade de Milão, Itália; Universidade de Buenos Aires, Argentina; Universidade Católica Andrés Bello, Venezuela; Universidad Mayor de San Andres, Bolívia; Universidade de Erfurt, Alemanha; Universidade Externado da Colômbia, Colômbia. Também relacionado com este projeto, as atividades desenvolvidas com o Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal, sobre um código modelo de processos administrativos – judicial e extrajudicial – para Iberoamérica, e com a Universidade de Málaga, nas áreas da jurisdição administrativa e da cooperação jurídica internacional.

**2. Projeto A FORMAÇÃO DA JUSTIÇA ADMINISTRATIVA NO BRASIL.** A preocupação fundamental dessa investigação é a efetividade do controle jurisdicional da administração, regra fundamental de direitos humanos e, na realidade, a própria garantia do Estado de Direito. Portanto, investe para desvendar as motivações e paradigmas na formação da justiça administrativa no Brasil que ultrapassa a observação da trajetória dessa justiça na contextualização socioeconômica, para verificar também as ideias dos juristas pensantes na montagem desses aparatos e dos atores dessas instâncias, permitindo visualizar e comparar criticamente não só tais correntes de pensamentos, como a circulação dessas ideias ao longo dos tempos e nos países do ocidente, mormente aqueles que apresentem modelos próprios e inspiradores de outros; por fim, uma análise comparativa das estruturas e práticas dos sistemas ocidentais de jurisdição administrativa, de forma a se considerar modelos comuns, coincidências e discrepâncias indicadoras de caminhos seguros. Visa identificar e interpretar a formação da jurisdição administrativa e o papel que esta desenvolveu na construção da Nação e o seu envolvimento na defesa dos direitos humanos e no fortalecimento do Estado de Direito.

**3. Projeto IMPACTO ECONÔMICO DA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA.** O impacto econômico (consequência indireta) da jurisdição administrativa pode ser concebido sob duas perspectivas distintas: a) a da qualidade da prestação jurisdicional em um contexto amplo, associando o desenvolvimento econômico a um sistema judiciário administrativo economicamente eficiente: aparelhado, qualificado, independente, efetivo e, sobretudo, previsível e uniforme; e b) a da qualidade da prestação jurisdicional em um contexto mais estreito, voltado para um processo judicial justo e confiável, não apenas pelos indicadores estruturais acima mencionados, mas, sobretudo, pela existência de uma jurisdição administrativa que admita decisões judiciais fundamentadas em aspectos socioeconômicos quando diante de litígios em que direitos dos cidadãos são confrontados com o interesse público. Neste contexto, o diálogo entre economistas e juristas, a partir de uma concepção de justiça distributiva, de uma perspectiva econômica de interesse público (bens comuns ou coletivos/public goods) e de situações concretas, deve buscar referenciais e tentar identificar critérios (impessoais e abstratos) claros e objetivos que sejam capazes de dimensionar economicamente os

valores constitucionais tensionados nos litígios de interesse da administração pública. Para tornar minimamente factível esse objetivo, imprescindível seria considerar as modalidades e as áreas da atuação administrativa. Igualmente importante seria transitar sobre uma classificação quanto aos efeitos econômicos da decisão judicial que se sujeita àquele desafio: a) em função do momento - impacto imediato, impacto mediato, impacto diferido no tempo; b) em função do espaço físico - impacto local, regional, nacional e transnacional (comunitário e internacional); c) em função dos interessados - impacto a interesse individual, coletivo ou difuso; d) em função da natureza dos bens sub judice: bens patrimoniais e não patrimoniais. O projeto busca identificar, a partir de um conceito econômico de interesse público (bens comuns ou coletivos/public goods), referenciais axiológicos e critérios econômicos que possibilitem a incorporação de conhecimentos de economia na fundamentação das decisões judiciais e que, ainda, contribuam para a diminuição do grau de discricionariedade dos magistrados quando da ponderação de valores constitucionais tensionados e associados a interesse público nos litígios em que haja participação da Administração Pública.

**4. Projeto JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE.** A pesquisa objetiva analisar o fenômeno social consubstanciado na crescente busca da tutela judicial para a garantia de acesso aos serviços de saúde, verificando o comportamento dos tribunais, bem como a reação dos órgãos de gestão sanitária, por meio de uma análise interdisciplinar e aprofundada. A investigação é justificada pela enorme relevância político-jurídico-social da judicialização das políticas de saúde, capaz de interferir nos planos e na forma de atuação da Administração Pública e de alterar a agenda política nacional. Destarte, urge compreender adequadamente o fenômeno, identificar suas consequências positivas e negativas, bem como vislumbrar alternativas ou aprimoramentos, por meio de uma intermediação dos conhecimentos de diferentes campos do saber (tais como, direito, saúde coletiva, economia e sociologia), sem olvidar de buscar, cuidadosamente, elementos em experiências estrangeiras. Desse modo, emerge hialino o potencial de contribuição da pesquisa para a melhor compreensão da judicialização e, conseqüentemente, para o ajuste da tensa relação entre saúde e direito.

Projetos relacionados com a linha  
“Inovações na gestão dos órgãos de justiça administrativa”.

**5. Projeto DINÂMICA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM DIREITO: DA GESTÃO DOCUMENTAL À COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.** O objetivo deste projeto é estudar a dinâmica da produção do conhecimento na área do Direito, tendo em vista conhecer, levantar e analisar os procedimentos de tratamento da informação e as fontes de informação/documentos (impressos e digitais) que são gerados, acessados/usados e socializados pelos profissionais em Direito. Ou seja, temos como proposta de pesquisa examinar a estrutura, o fluxo e a comunicação da informação em Direito, para identificar e conhecer os padrões de comunicação dos profissionais e pesquisadores da área do Direito bem como as fontes de informação em sua ampla acepção (instituições, eventos, documentos e serviços), produzidas no âmbito desta área de conhecimento e reconhecidas como relevantes por seus membros, produtores e usuários desta informação. Mediante o reconhecimento de que estas são peças fundamentais para a tomada de decisão e transferência do conhecimento, pretende-se mapeá-las, analisá-las e descrevê-las, sem perder de vista o crescimento exponencial das novas tecnologias e dos novos interesses informacionais e comunicacionais no Direito. Neste sentido, estuda-se igualmente a certificação digital, pois esta vem sendo reconhecida e adotada pelo Poder Judiciário como um importante instrumento para automatizar procedimentos, adiantar processos e reduzir custos. Assim, pretende-se também investigar os diversos usos das novas tecnologias de informação e comunicação no Poder Judiciário. Serão ainda considerados para estudo o comportamento e as especificidades informacionais dos segmentos das comunidades científicas em Direito na atualidade. Analisaremos, também, como acontece a articulação entre conhecimento científico explícito e tácito. Tentaremos, então, mostrar a interação entre a gestão do conhecimento e o sistema de comunicação científica no Direito. Em relação ao estudo sobre certificação digital, teremos, como produto esperado, a proposição de métodos e modelos que aperfeiçoem as aplicações em curso.

**6. Projeto ÉTICA, MÍDIA E JUDICIÁRIO.** A linha de pesquisa apresenta três vertentes de trabalho: a primeira enfoca o processo de construção e o conteúdo das normas que orientam as atividades de um Juiz para o exercício da jurisdição, dentre os quais principalmente o Código de Ética da Magistratura. A segunda investiga as relações entre mídia e Judiciário no Brasil, partindo da hipótese de que a atividade jornalística, em seus diferentes suportes, influencia ou pode influenciar as decisões judiciais e o próprio comportamento dos operadores do direito no mundo contemporâneo, marcado pela midiatização das relações sociais e pelas urgências da comunicação em "tempo real". A terceira analisa os aspectos ético-morais imbricados na relação do Poder Judiciário com a mídia, vislumbrando, por um lado, as possíveis implicações desta relação na formação da opinião pública e, por outro lado, perscrutando a influência da opinião pública sobre o Poder Judiciário.

## EMENTAS DAS DISCIPLINAS

Disciplinas obrigatórias

### **BASES HISTÓRICAS E POLÍTICAS DA JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**

**Ementa:** A justiça, a sociedade e o controle da Administração Pública no Brasil Colônia a partir dos modelos centralizados da Europa Continental. A construção do aparato burocrático e a correlação com o processo de independência no Brasil. O papel do Poder Moderador no Império brasileiro e a doutrina francesa. A dualidade de jurisdição francesa e o liberalismo na construção da nação brasileira. A reforma do Judiciário no movimento do liberalismo e controle dos atos administrativos. Os modelos jurisdição administrativa e a adequação republicana. A ideia do acesso à justiça na América do Sul. A Emenda Constitucional nº 45/2005.

### **PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E REGRAS GERAIS DA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA**

**Ementa:** A presente disciplina objetiva abordar os princípios fundamentais e regras gerais da jurisdição administrativa que, independentemente do sistema vigente (monista ou dualista), devem orientar as instituições políticas e judiciárias quando comprometidas com a pacificação social sob primazia do Estado de Direito e da proteção dos cidadãos. Nesse contexto, sendo de menor importância saber se tais princípios ou regras estão reunidos em um código processual autônomo ou em um outro diploma legislativo qualquer, examinam-se, por exemplo, os poderes do juiz sobre matéria probatória, a densidade do controle jurisdicional (discricionariedade, interesse público e políticas públicas), a autoridade da coisa julgada em favor do cidadão e a execução forçada de decisões judiciais que, nos litígios de direito público ou nos que houver interesse da Administração Pública, dependem necessariamente de um tratamento diferenciado.

### **ANÁLISE ECONÔMICA DO INTERESSE PÚBLICO**

**Ementa:** Esta disciplina visa, por um lado, apresentar conceitos básicos da microeconomia para, através das concepções do mercado e do bem-estar, chegar a uma percepção das razões pelas quais é necessária a atuação do Estado na economia. Por outro lado, apresentam-se modelos macroeconômicos que visam explicar por que a atuação do Estado é necessária para contrabalançar os movimentos cíclicos da economia. Por meio dessa abordagem dual (micro e macro), abrem-se diversas possibilidades para a discussão e maior compreensão do interesse público sob perspectiva econômica.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA E JURÍDICA**

**Ementa:** Conhecimento e ciência. O significado da ciência moderna. Ciência, técnica e ideologia. Teorias do conhecimento. Principais métodos: Positivismo, Hermenêutica, Dialética. Discussão dos projetos de dissertação em fase de elaboração e no domínio da pesquisa jurídica. Produção de conhecimento e práticas de investigação no campo do judiciário. Diferentes abordagens metodológicas da pesquisa jurídica e suas etapas: definição do problema, procedimentos de coleta de dados, construção de categorias de análise, estudo e interpretação dos dados. Normalização de trabalhos acadêmicos.

Disciplinas optativas

## **A COOPERAÇÃO INTERJURISDICIONAL E AS CAUSAS TRANSNACIONAIS DE INTERESSE ESTATAL**

**Ementa:** A necessária especificidade de princípios fundamentais e regras gerais para a jurisdição administrativa, atendo-se ao Estado de Direito e à proteção dos direitos do cidadão, gera reflexo nas situações jurídicas conflituosas transnacionais – de direito público ou de interesse da Administração – que sujeitas a regras de cooperação interjurisdicional onde não se consideram comumente aspectos do direito público. O curso almeja, a partir da natureza pública ou privada do litígio transnacional, uma compreensão reflexiva dos princípios de cooperação interjurisdicional, tais como o da cláusula da ordem pública, da reciprocidade de tratamento ou da imunidade à jurisdição.

## **IMPACTO SOCIAL DA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA**

**Ementa:** As prerrogativas processuais da Administração Pública nos processos envolvendo a Administração Pública em seus diferentes níveis administrativos comportam, além de uma análise estritamente jurídica, uma reflexão sociológica com o propósito de buscar compreender os possíveis fundamentos dessas vantagens processuais e suas conseqüências para a ordem pública brasileira. Nesse sentido, o objetivo do presente curso é o de refletir livremente sobre o tema, buscando delinear possíveis caminhos para o entendimento do fenômeno, seja em escala global, seja no âmbito brasileiro, na expectativa de iniciar um amplo projeto de pesquisa sobre o tema, com foco no impacto social das decisões de caráter administrativo adotadas pelo Estado, considerado em seus três Poderes constitutivos. Considera-se como um ponto de partida epistemológico central que todas as decisões emanadas de qualquer órgão do Estado, independente do Poder originário, têm conseqüências sociais importantes seja, entre outras razões, porque estabelece os marcos jurídicos/legais que servem de referência para as interações sociais, porque retiram recursos do conjunto de indivíduos/empresas para financiamento de suas ações, ou porque estabelecem mecanismos de distribuição da riqueza socialmente produzida entre os diferentes grupos sociais que compõem uma sociedade, afetando, dessas diversas formas, os interesses dos membros da sociedade. O curso, no entanto, terá um foco mais definido no estudo e análise das decisões judiciais que dizem respeito à Administração Pública, especificamente o Poder Executivo, em função da centralidade desta instituição para o funcionamento da sociedade e dos efeitos diversos que as decisões relacionadas a ela representam para a vida social. Nesse contexto, pretende-se abordar os seguintes pontos: Estado e sociedade. Análise histórica e funcional; Desigualdades sociais, conflitos e Poder: As formas da dominação social; Poder Administrativo: Pacificação interna? Justiça social e desigualdade social; Democracia, Cidadania e Direitos Humanos; A judicialização da política e das relações sociais: O novo papel do Poder Judiciário; O Poder Judiciário no Brasil Pós-CRFB/88; Prerrogativas da Administração Pública e Justiça Social; Conflito de interesses e Justiça: “Neutralidade” nas decisões judiciais? Conseqüências sociais das decisões da Justiça Administrativa.

## INTERESSE PÚBLICO E ESCOLHA PÚBLICA

**Ementa:** Esta disciplina apresenta a metodologia desenvolvida pela teoria da escolha pública (Public Choice) com o objetivo de fornecer as ferramentas econômicas utilizadas na análise de uma questão examinada em regra pelas ciências políticas ou pela sociologia política. Esse objeto de estudo é o processo político de tomada de decisão e as influências sobre as quais é submetido, tais como grupos de interesse, partidos políticos, processo eleitoral, burocracia, escolha parlamentar, sistema judicial, etc. Esta abordagem interdisciplinar se justifica pela interpretação do sistema político como meio democrático de realizar decisões que, segundo as escolas italiana e sueca, representem o interesse público e que sirvam às preferências da coletividade em relação aos bens públicos. A teoria da escolha pública e a teoria da escolha social - que mantêm entre si uma estreita relação - servem de complemento para a tradicional teoria do bem estar, que justifica a atuação estatal a partir das fragilidades do mercado. Por meio da argumentação do fracasso do Estado, tal como ocorre na teoria da escolha pública, chega-se a conclusões importantes que dizem respeito aos limites da atuação do Estado. Uma primeira parte mais normativa visa estudar os métodos para determinar as preferências da sociedade partindo das preferências individuais, aplicando assim o individualismo metodológico. A segunda parte do curso (análise positiva) aborda em uma análise processual as regras e procedimentos, influências e problemas que, num sistema democrático, permitem passar de preferências diversas de cada indivíduo para uma única escolha coletiva.

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL E O MODO DE PRODUÇÃO DO CUIDADO

**Ementa:** A construção social e histórica do Sistema Único de Saúde no Brasil e sua constituição legal. A gestão do SUS, seus instrumentos regulatórios, mecanismos de decisão. O conflito/tensão entre o arcabouço jurídico-legal do SUS e a relação entre oferta e demanda de assistência em saúde, sob o princípio da universalidade de acesso à saúde. Os micropoderes no cotidiano de administração dos serviços de saúde. Fundamentos filosóficos, sociais, legais, do cuidado em saúde e sua relação com os modelos assistenciais vigentes. A micropolítica e subjetividade na produção do cuidado em saúde. Será apresentado o mercado e o sistema de saúde no Brasil, e feitas comparações com outros países (OECD, América Latina e países emergentes), no que diz respeito ao financiamento da saúde, e a relação público-privado. Identificar as peculiaridades da produção nos serviços de saúde. A saúde como valor de uso e valor, e sua função pública. Provisão pública: Fundamentos e Financiamento da Seguridade Social e do SUS - Apresenta as bases legais do sistema, do financiamento da seguridade social e do SUS.

## ECONOMIA E JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS

**Ementa:** Talvez a principal dificuldade ao se decidir judicialmente sobre um conflito ambiental esteja em mensurar, de maneira mais adequada, os valores em jogo. Muitas vezes princípios constitucionais se confrontam; em especial o direito ao meio ambiente enquanto recurso natural, promovendo a adequada sobrevivência e o progresso e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Também costumam entrar em confronto leituras conservacionistas, calcadas numa visão de natureza que exclui o ser humano, e leituras preservacionistas, que tomam o homem como parte indissociável das políticas ambientais. Some-se a isso a necessidade de uma melhor percepção por parte das políticas ambientais internacionais e nacionais e a correlata dinâmica jurisprudencial nas cortes internacionais, objetivando um alinhamento sobre o tema. Chega-se à conclusão que, para além da compreensão da dogmática jurídica, torna-se necessário o domínio sobre o histórico da questão ambiental e mesmo a compreensão das principais diretrizes das políticas dos executivos federal, estaduais e municipais, correlacionadas à Política Nacional de Meio Ambiente. Nesse contexto, a despeito da vida humana moderna depender essencialmente do uso e da extração de recursos naturais, isso gera uma série de problemas ambientais decorrentes das atividades econômicas (esgotamento de recursos, poluição, aquecimento global, etc.). Porém, assumir uma simples relação concorrencial entre o meio ambiente e a produção econômica seria superficial demais. As diferentes faces dos conflitos ambientais relacionam-se a falhas de mercado e questões de propriedade, o que nos remete a um aspecto de distribuição e de justiça. Assim, a economia do meio ambiente objetiva o estudo de problemas de diferentes áreas. Elabora regras para o uso

consciente e a proteção do meio ambiente que atendam ao interesse público e tenta apresentar um olhar diferenciado das possibilidades de uma economia de mercado de proteger os recursos naturais, ao mesmo tempo em que produz bens economicamente valorizados. O papel do Estado na tarefa de regulamentar as atividades econômicas, no que se refere aos seus impactos ambientais, e as dificuldades de assumir este papel são fundamentais. Além disso, enfatizando a crescente urgência dos conflitos ambientais, ganha destaque a análise da política ambiental nacional e mundial. Outro objetivo essencial é buscar a compreensão das razões da existência de um crescente abismo entre os conhecimentos sobre os efeitos ambientais danosos e suas consequências econômicas, e da necessidade de se manter atividades econômicas não-compatíveis com as ideias básicas ambientais, ou seja, do questionamento da possibilidade de construção de um futuro sustentável para as sociedades. Do conteúdo, destacam-se os seguintes pontos: principais correntes de economia do meio ambiente, conceito de sustentabilidade; falhas de mercado e externalidades ambientais, nível ótimo de poluição, instrumentos econômicos para obtenção da sustentabilidade; poluição ótima, padrões de consumo, valoração ambiental, mudanças climáticas; política ambiental.

## ÉTICA E JUDICIÁRIO

**Ementa:** O Juiz, enquanto quem dá efetividade ao direito pela jurisdição, enfrenta a necessidade de conhecer o problema entre as partes, compreendendo o que ocorre e verificando como o direito pode resolver ou contribuir na solução de dada questão. Nesse processo, ele se defronta com expectativas, desejos, valores, necessidades, etc., implícitos aos atores que procuram a jurisdição; igualmente ele, ademais, é detentor de expectativas, desejos, valores, necessidades, etc., e seu julgamento da causa em curso se depara com os referidos elementos que o constituem enquanto ser humano inserido num dado contexto e partícipe de um mundo da vida específico. E ainda são acrescidas a isso as expectativas, os desejos, os valores, as necessidades, inerentes à função que ele assumiu, os quais estão presentes nos Códigos, Resoluções, Regimentos, Decretos, Legislação. Nesse contexto, a presente disciplina tem por objetivo: (a) analisar as principais concepções éticas presentes na contemporaneidade e suas implicações, situando-as sob a ótica da atuação na Magistratura; (b) discutir as imbricações da ética e do direito na construção da democracia, com ênfase no cotidiano das Instituições da Administração Pública de consecução do direito; (c) delinear, a partir do prisma da Ética do Discurso de Habermas, parâmetros de construção de uma ética para os agentes públicos capaz de contemplar as exigências de um Estado Democrático de Direito. O conteúdo programático compreende: (a) ação do Juiz diante das perspectivas éticas na sociedade: apatia, negação, fundamentalismo, reflexão; comunitarismo e universalismo ético; (b) os parâmetros éticos da atuação jurisdicional: justiça, felicidade e dever. A relação Ética-Política-Direito na modernidade e o impacto nas decisões dos tribunais; (c) os aspectos éticos contidos na concepção de Estado Democrático de Direito e o impacto na atuação dos Magistrados.

## ARGUMENTAÇÃO, LÓGICA E FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

**Ementa:** A teoria da motivação da decisão judicial parte do pressuposto de que uma tecnologia democrática que pretenda dar conta de um mundo complexo deve apresentar mecanismos decisórios que permitam a averiguação de seus arrazoados. Não se trata mais de um positivismo imperativista a destilar comandos draconianos, mas de um sistema de ponderação de interesses que presentifica os conflitos e alcança a decisão, enquanto razoabilidade possível, a partir de instâncias deliberatórias ou, ao menos, racionalmente dialógicas. Trata-se de encarar o que é justo enquanto o que é justificável. Vale dizer, é possível encontrar, pela via do discurso, caminhos racionais a elucidar questões controversas traçando um campo referencial que demonstre ser aquela solução a mais razoável diante dos focos argumentativos. Desse modo, o direito a uma decisão motivada pode passar a ser encarado como um princípio democrático, espelhando a transparência da administração pública, em suas interfaces em todos os poderes institucionais. Uma decisão, qualquer que seja, deve poder ser questionada, de forma arguta e amadurecida. Ao se sofisticar a decisão, pela via da motivação, estar-se-á aprimorando, na realidade, todo o sistema judicial, que restará robustecido, pela força da argumentação – integrando-se aos discursos socialmente produzidos e não mais procurando destacar-se desses semanticamente. Nesse sentido deverão ser discutidos aspectos como a moral, a liberdade, o

Estado e a implementação motivacional ética. Assim como o discurso racional como teoria da justificação jurídica e o problema da justificação das sentenças jurídicas.

### **IMPrensa, MÍDIA E JURISDIÇÃO**

**Ementa:** O jornalismo contemporâneo e sua herança iluminista. Gênese e transformações do conceito de “quarto poder”. Justiça, jornalismo e produção de verdade. O discurso do jornal. A questão da objetividade e o caráter político da mediação jornalística. Jornalismo, senso comum e opinião pública. Liberdade de expressão e liberdade de imprensa. Sociedade do espetáculo e “mídiação” da justiça. O trial by media. A produção da notícia e a relação entre fontes e jornalistas: o papel das assessorias de imprensa. Influência do noticiário no campo jurídico. A relação com a mídia e a imagem institucional da Justiça. Autorregulação dos meios de comunicação e ética na era da internet.

### **COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, GESTÃO DOCUMENTAL E ARQUIVÍSTICA**

**Ementa:** O sistema de comunicação científica e a comunidade científica em Direito: geração, comunicação e divulgação do conhecimento científico. O processo de comunicação científica e a natureza de sua produção em Direito. Estrutura e fluxo da informação em Direito. Comportamento e particularidades informacionais dos segmentos das comunidades científicas com ênfase na comunidade de Direito. Fontes de informação jurídica: tipologias e características. Entidades e instituições como fontes de informação. O acesso e o uso da informação por pesquisadores e profissionais em Direito. A aplicação de princípios da gestão documental para a geração, o tratamento, o uso e o impacto da informação e do conhecimento nos processos de trabalho e suas implicações nas unidades de informação e, em especial, nos arquivos referentes à prestação jurisdicional dos órgãos de justiça administrativa. Os arquivos como espaços sociais do conhecimento e que possuem funções e procedimentos resultantes de teorias, agentes e agências de contextos dinâmicos e sujeitos às demandas e ao uso de informação. O fluxo documental referente aos autos dos processos judiciais estudado à luz dos princípios, procedimentos e metodologias da Arquivística.

### **INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E ESTATÍSTICA JUDICIÁRIA**

**Ementa:** As novas tecnologias de informação e comunicação fazem sentir sua influência em todos os setores da sociedade, que hoje apresenta um alto nível de informatização na vida diária dos cidadãos e da maioria das organizações e locais de trabalho. Tornou-se comum o uso de tecnologias em uma grande variedade de atividades pessoais, sociais, educacionais e de negócios. A prática judiciária também sofre forte impacto do desenvolvimento e implantação destas novas tecnologias, que abre novas possibilidades em vários campos que, devidamente aproveitadas, pode levar a uma otimização e incremento da qualidade do exercício da magistratura. Ao lado das inovações tecnológicas, os métodos estatísticos também se apresentam como um instrumento importante de análise de dados presente em praticamente todos os ramos de conhecimento e o sistema judiciário não é uma exceção. Nesse contexto, esta disciplina objetiva apresentar conceitos básicos de probabilidade e estatística, de forma a capacitar juízes para o entendimento de aspectos quantitativos estatísticos, incluindo estudo de distribuições; estudo de relações; produção de dados; introdução à probabilidade; distribuições amostrais; inferência estatística. Com a presente proposta, objetiva-se: (1) instrumentalizar o juiz para o uso das novas tecnologias de informação e comunicação no exercício da sua prática profissional, estudando as várias possibilidades de uso de tecnologias na prática jurídica e os temas atuais de investigação; (2) abordar os conceitos e técnicas de segurança da informação e criptografia envolvidos na questão da Certificação Digital e assinatura digital de documentos; (3) analisar o conceito de modelagem eletrônica de processos e sua fase atual de desenvolvimento; (4) descrever métodos estatísticos quantitativos que possibilitem a um juiz compreender a significância estatística de resultados, compreender o significado de um erro amostral, interpretar corretamente as medidas de variabilidade ou de associação entre variáveis. O conteúdo programático compreende quatro módulos abordando quatro grandes possibilidades de uso das novas tecnologias de informação e comunicação e de métodos matemáticos estatísticos na prática jurídica: criptografia; certificação digital; modelagem de processos e estatística judiciária.

## ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO DA SELEÇÃO PARA INGRESSO NO CURSO DE MESTRADO  
PROFISSIONAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO JUSTIÇA ADMINISTRATIVA  
(PPGJA) DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

Nome completo:

Subárea escolhida:

Escolha a prova de proficiência em língua estrangeira:

inglês  francês  alemão  italiano

Data de Nascimento/Idade:

Identidade:

CPF:

Endereço/Cidade:

Telefones de contato:

E-mail:

Área de formação/Universidade/ano:

Ocupação atual:

Declaro que estou ciente do edital e que estou de acordo com seu conteúdo

Assinatura do candidato

**ANEXO III**

## Roteiro do pré-projeto de dissertação

1. Identificação do candidato (nome)
2. Identificação do pré-projeto:
  - 2.1. Título:
  - 2.2. Temas relacionados ao pré-projeto (até 3)
3. Justificativa da adequação a uma linha de pesquisa do PPGJA e à subárea escolhida (máximo de 10 linhas)
4. Resumo (máximo de 10 linhas)
5. Composição do pré-projeto:
  - 5.1. Tema de pesquisa e hipótese de trabalho
  - 5.2. Objetivos e fundamentação teórica
  - 5.3. Justificativa
  - 5.4. Métodos e técnicas de pesquisa
  - 5.5. Cronograma
  - 5.6. Referências bibliográficas

## ANEXO IV

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA A PROVA DE SELEÇÃO

**JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E ESTADO DE DIREITO**

BLANKE, Hermann-Josef. La función del procedimiento administrativo para el cumplimiento del mandato e ejecución, protección y concretización del derecho administrativo. In: ABERASTURY, Pedro; BLANKE, Hermann-Josef (Org.). **Tendencias actuales del procedimiento administrativo en Latinoamérica y Europa**. 1a ed. Buenos Aires: Editorial Universidad de Buenos Aires, 2012. p. 21-51.

CANE, Peter. Judicial review and merits review: comparing administrative adjudication by courts and tribunals. In: ROSE-ACKERMAN, Susan; LINDSETH, Peter L. (Org.). **Comparative administrative law**. Cheltenham: Edward Elgar, 2012. p. 426-448.

CRAIG, Paul. Process. In: \_\_\_\_\_. **EU Administrative Law**. 2a ed. New York: Oxford, 2012. Cap. 12, p. 320-355.

FROMONT, Michel. La justice administrative. In: \_\_\_\_\_. **Droit administratif des États européens**. Paris: PUF, 2006. Cap. 3, p. 111-159.

SOMMERMANN, Karl Peter. El papel de la ley Alemana de la justicia administrativa para la realización del Estado de Derecho. In: ABERASTURY, Pedro (Org.). **Ley de la justicia administrativa alemana**. 1a ed. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 2009. p. 1-20.

**JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E HISTÓRIA**

GARCIA, Maria da Glória Pinto Dias. **Da justiça administrativa em Portugal**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1994. Cap. III, parágrafo 1, p. 263-322.

GARNOT, Benoît. **Histoire de la justice** : France, XVIe-XXIe siècle. Paris: Gallimard, 2009. p. 257-339.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UnB, 1999. 1. Cap. do 1v (teoria da ação social), 3. Cap. do 2v (sociologia do Direito).

WIEACKER, Franz. **História do direito privado moderno**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenmkian, 1980. quinta parte, p. 397-429, p. 475-535.

**JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E MEIO AMBIENTE**

ALIER, Joan Martinez. Correntes do ecologismo; Ecologia política: estudo dos efeitos ecológicos distributivos. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valorização. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007. p. 21-39, 89-118

GEERTZ, Clifford. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 11a ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2009. Cap. 8, p. 249-356.

GRECO, Leonardo. As provas no processo ambiental. **Revista de Processo**, ano 30, n. 128, p. 40-58, out. 2005.

ROBERTS, J. Timmons; TOFOLLON-WEISS, Melissa. North american conceptions of environmental justice. In: MADEIRA FILHO, Wilson. **Direito e justiça ambiental** (org). Niteroi: PPGSD-UFF: 2202. p. 23-36.

UNITED NATIONS. HUMAN RIGHTS COUNCIL. Analytical study on the relationship between human rights and the environment. Disponível em < [http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Session19/A-HRC-19-34\\_en.pdf](http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Session19/A-HRC-19-34_en.pdf) >. Acesso em: 19 set. 2012.

### JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E SAÚDE COLETIVA

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. Assistência Farmacêutica no SUS. Brasília: CONASS, 2011. Disponível em < <http://www.trf2.gov.br/cursos/COLE%C7%C3O%20PARA%20ENTENDER%20A%20GEST%C3%20DO%20SUS,%207.pdf> >. Acesso em: 19 set. 2012.

CASAUX-LABRUNÉE, Lise. Le droit à la santé. In: CABRIALLAC, Rémy; FRISON-ROCHE, Marie-Anne; REVET, Thierry (Org.). **Libertés et droits fondamentaux**. 12a ed. Paris: Dalloz, 2006. 12 ed. p. 765-798.

GOMES DA SILVA JÚNIOR, Aluísio; GOUVEIA, Maria Thereza Carolina de Souza. Saúde suplementar: regulação e jurisdição. In: ASENSI, Felipe Dutra; PINHEIRO, Roseni (Org.). **Direito sanitário**. 1a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Cap. 11, p. 224-252.

ODDENINO, Alberto. Profili internazionali ed europei del diritto alla salute. In: FERRARA, Rosario (Org.). **Trattato di biodiritto. Salute e sanità**. Milano: Giuffrè, 2010. Cap. 2, p. 65-150.

PAIM, Jairnilson. TRAVASSOS, Claudia. ALMEIDA, Celia. BAHIA, Ligia. MACINKO, James. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. The Lancet. Londres, 2011. Disponível em < <http://www.trf2.gov.br/cursos/PAIM,%20Jairnilson.pdf> >. Acesso em: 19 set. 2012.

PALMER, Ellie. NHS Rationing: The role of courts in disputes over access to medical services). In: \_\_\_\_\_. **Judicial Review, Socio-Economics Rights and the Human Rights Act (From need to `choice` in public services: The boundaries of judicial intervention in prioritisation disputes**. Portland: Hart, 2009. p. 208-220.

### JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E ÉTICA

CUMBRE JUDICIAL IBEROAMERICANA. Ética Judicial. **Publicaciones de Cumbre**. Disponível em < [http://www.cumbrejudicial.org/c/document\\_library/get\\_file?uuid=cf0762fd-d301-4006-a90e-d80de30c1e94&groupId=10124](http://www.cumbrejudicial.org/c/document_library/get_file?uuid=cf0762fd-d301-4006-a90e-d80de30c1e94&groupId=10124) >. Acesso em: 24 set. 2012.

DURÃO, Aylton Barbieri. **Habermas: os fundamentos do Estado Democrático de Direito**. Trans/Form/Ação, São Paulo, 2009. Cap. 32(1), p. 119-137.

HABERMAS, Jürgen. A Reconstructive Approach to Law 1: The System of Rights. In: HABERMAS, Jürgen. **Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy**. Translation by William Rehg. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1996. p. 82-131.

HABERMAS, Jürgen. Notas programáticas para a fundamentação de uma ética do discurso. In: HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 61-141.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é o Esclarecimento?. In: KANT, Immanuel. **Immanuel Kant: textos seletos**. 2.ed. Introdução de Emmanuel Carneiro Leão; tradução de Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 100-117.

MAUS, Ingeborg. **O Judiciário como superego da sociedade**. Novos Estudos. n. 58. nov. 2000. São Paulo: CEBRAP. p. 183-202.

### JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E MÍDIA

BEALE, Sara Sun. The News Media's Influence on Criminal Justice Policy: How Market-Driven News Promotes Punitiveness, 48 Wm. & Mary L. Rev. 397 (2006), <http://scholarship.law.wm.edu/wmlr/vol48/iss2/2>. Disponível em <<http://scholarship.law.wm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1103&context=wmlr&sei-redir=1&referer=http%3A%2F%2Fwww.google.com.br%2Furl%3Fsa%3Dt%26rct%3Dj%26q%3Dmedia%2520influence%2520justice%26source%3Dweb%26cd%3D3%26ved%3D0CFkQFjAC%26url%3Dhttp%253A%252F%252Fscholarship.law.wm.edu%252Fcgi%252Fviewcontent.cgi%253Farticle%253D1103%2526context%253Dwmlr%26ei%3DMUw1UIbIM4Tm8gSBhYCwBA%26usg%3DAFQjCN Ek71W-Uh6jH8xVUTARZUr2JEi6yg#search=%22media%20influence%20justice%22>>. Acesso em: 19 set. 2012.

GARAPON, Antoine. A ilusão da democracia direta. In: \_\_\_\_\_. **O juiz e a democracia: o guardião das promessas**. Rio de Janeiro: Revan, 2001. Cap. 3, p. 75-96.

MORETZSOHN, Sylvia. Jornalismo: para esclarecer. In: \_\_\_\_\_. **Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007. Cap. 2, p. 105-170.



## EDITAL 2012

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil da Universidade Federal Fluminense, considerando o que estabelece a Resolução 121/00 do Conselho de Ensino e Pesquisa, faz saber que estarão abertas as inscrições para a seleção ao Curso de Pós-Graduação “Stricto Sensu” – **Mestrado Profissional em Defesa e Segurança Civil**, Área de Concentração Planejamento e Gestão de Eventos Críticos na forma deste Edital.

### 1. INSCRIÇÕES

Período: **17 de setembro a 16 de outubro de 2012.**

A ficha de inscrição e demais anexos estão disponíveis para download na home page do Programa (<http://www.defesacivil.uff.br>).

Número de vagas: 10 (**dez**) vagas.

#### Formas de Inscrição:

- Coordenação do Curso:

Rua Passo da Pátria, 156, Sala 564 A – Prédio Novo da Escola de Engenharia, Bloco D - São Domingos - Niterói – RJ CEP: 24.210-240.

Contatos: Tel: (021) 2629-5580 - 2629-5489

E-mail: [mestrado@defesacivil.uff.br](mailto:mestrado@defesacivil.uff.br)

Horário: De segunda a sexta-feira, das 09:00h às 12:00 horas e 13:30h às 17:00h.

- Internet:

Acessando a página do Programa (<http://www.defesacivil.uff.br>)

Enviar pelo correio a documentação constante do subitem 2.1. deste Edital

- Correio:

Encaminhar a ficha de inscrição e a documentação constante do subitem 2.1. deste Edital

Obs.: Nos casos de inscrição pela Internet ou pelo Correio, serão considerados inscritos, os candidatos cuja documentação completa for recebida na Coordenação do Curso, com a data do carimbo até o último dia de inscrição.

### 2. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

#### 2.1. Candidatos externos

- a) Carteira de Identidade, CPF (**cópias autenticadas**) e 2 retratos 3 x 4.
- b) Diploma de Graduação plena, reconhecido pelo MEC (**cópia autenticada em cartório**).

No caso do diploma de Graduação ainda não ter sido emitido, para efeito da inscrição será aceito, como comprovante hábil, a declaração de conclusão de curso atualizada com registro do MEC (**cópia autenticada em cartório**). No entanto, a matrícula do candidato aprovado só será efetivada mediante a apresentação do diploma de graduação.

\* Títulos obtidos no exterior deverão cumprir exigências constantes da Resolução 18/2002, que dispõe sobre a aceitação de títulos obtidos no Exterior.

- c) Curriculum Vitae no formato LATTES/CNPq.
- d) Histórico escolar da graduação (**cópia autenticada em cartório**).
- e) Duas cartas de recomendação, conforme modelo (**anexo I**), em envelope lacrado.
- f) Ficha de Inscrição preenchida, com opção pela linha de pesquisa (**anexo II**).
- g) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais). Os dados bancários estarão disponíveis na home page do Programa.
- h) Resumo de Anteprojeto de Projeto de Pesquisa com tema vinculado a uma das seguintes linhas de pesquisa: Desastres Naturais, Desastres Humanos e Desastres Mistos. Texto em **3 vias**, máximo de duas páginas em papel modelo A4, fonte Times New Roman 12, digitado em espaço 1,5 constando de Título, Palavras-chave, Linha de Pesquisa do Programa, vínculo com projetos com financiamento e resumos do objetivo, da metodologia, da área geográfica e dos resultados esperados.

Obs.: Recomendamos que os interessados, consultem os perfis dos orientadores na home page do Programa. Os orientadores podem ser contatados anteriormente para verificação da viabilidade do desenvolvimento do projeto de pesquisa.

## **2.2. Candidatos internos (exclusivo para servidores da UFF)**

- a) Para fins de inscrição, o candidato interno, deverá cumprir, na íntegra, os procedimentos dispostos no artigo 10º, parágrafos 1º e 2º, da Resolução 69/99-CEP/UFF.
- b) O candidato deverá apresentar os documentos relacionados no subitem 2.1.
- c) O Anteprojeto deverá conter o aval do responsável pela Unidade / Departamento.
- d) Os candidatos internos seguirão os mesmos critérios do processo seletivo dos demais candidatos externos.

## **3. PROCESSO DE SELEÇÃO**

**3.1.** Análise e avaliação de toda a documentação constante do item 2.a-g.

**3.2.** Prova de suficiência em língua inglesa com tradução de texto.

**3.3.** Prova escrita envolvendo a interpretação de texto e uma redação sobre a experiência profissional e acadêmica e a relação com o Programa.

**3.4.** Entrevista e exame do anteprojeto de pesquisa (item 2-h) a ser desenvolvido no Curso.

## **4. REGIME DE AULAS**

A critério do Colegiado do Curso de Mestrado Profissional em Defesa e Segurança Civil, as disciplinas poderão ser oferecidas semanal ou quinzenalmente, nos horários de funcionamento da Universidade, de **segunda a sexta-feira no horário das 8:00 às 22:00 horas e aos sábados das 08:00 às 17:00 horas**.

## **5. LINHAS DE PESQUISA DO PROGRAMA**

O anexo III apresenta as linhas de pesquisa e a relação dos professores orientadores.

## **6. RESULTADOS E DATAS LIMITES**

**6.1.** A aprovação e a classificação dos candidatos serão decididas com base na soma das notas das provas de cada etapa do processo seletivo.

**6.2.** Serão matriculados como alunos do Mestrado em Defesa e Segurança Civil os candidatos que obtiverem média final mínima de 7,0 (sete) pontos no processo de seleção, por ordem de classificação em relação ao número de vagas.

**6.3.** Os candidatos que obtiverem média final mínima de 7,0 (sete), e não forem classificados em função das vagas existentes; e entre 4,0 (quatro) a 6,9 (seis vírgula nove) no processo de seleção para ingresso no Programa, serão elegíveis para o Estágio Probatório por um período mínimo de 06 (seis) meses com possibilidade de inscrição em disciplinas isoladas a critério do Colegiado do Curso.

**6.4.** Após a conclusão do Estágio Probatório o aluno poderá submeter-se novamente ao exame de seleção para ingresso no Programa.

**6.5.** Os candidatos não classificados terão o prazo máximo de 2 (dois) meses, a partir da data da divulgação dos resultados, para retirar os documentos comprobatórios da inscrição.

**6.6.** Os candidatos não classificados terão o prazo máximo de 24 horas, a partir da data da divulgação dos resultados, para recorrer.

**6.7.** Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil.

Niterói, 17 de setembro de 2012.

**AIRTON BODSTEIN DE BARROS**  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em  
Defesa e Segurança Civil  
#####

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEFESA E SEGURANÇA CIVIL  
MESTRADO PROFISSIONAL EM DEFESA E SEGURANÇA CIVIL**

**Carta de Recomendação (ANEXO I)**

**NOME DO CANDIDATO:** .....

Prezado(a) Senhor(a):

O candidato acima pretende realizar estudo em nível de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Defesa e Segurança Civil/UFF. O Programa terá melhores condições de avaliar as potencialidades do candidato, com base nas informações e observações confidenciais que V.Sa. possa fazer. Assim sendo, solicitamos que este formulário seja entregue ao candidato em envelope lacrado.

- 1. Desde que ano conhece o candidato? .....
- 2. Em que tipo de atividade teve contato mais direto com o candidato?

- a) Como seu professor na(s) disciplina(s):  
.....
- b) Como seu orientador no curso de: .....
- c) Como seu chefe ou superior em serviço no: .....
- d) Outras atividades (favor especificar) .....

3. Como classifica o candidato quanto aos atributos indicados no quadro abaixo?

Atributos do Candidato	Nível	Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Fraco	Sem condições para informar
Domínio em sua área de conhecimento científico							
Facilidade de aprendizado/ capacidade intelectual							
Assiduidade, perseverança							
Relacionamento com colegas e superiores							
Iniciativa, desembaraço, originalidade e liderança							
Habilidade em expressão oral							
Habilidade em expressão escrita							

4. Comparando este candidato com outras pessoas conhecidas nos últimos dois anos, com similar nível de formação e experiência, classifique o candidato quanto à sua aptidão para realizar estudos avançados e pesquisas, entre (indique uma das alternativas):

- os 5% mais aptos     os 30% mais aptos     os 50% menos aptos
- os 10% mais aptos     os 50% mais aptos     os 10% menos aptos

5. Outras informações que julgar necessário acrescentar:

.....  
.....

Responsável pela informação:	
Nome: .....	Cargo ou Função:.....
Instituição onde atua: .....	
Data: ...../...../2012	Assinatura: .....

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEFESA E SEGURANÇA CIVIL**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM DEFESA E SEGURANÇA CIVIL**

Foto 3x4

**Ficha de Inscrição - Seleção 2012 (ANEXO II)**

<b>Área de Concentração</b>	Planejamento e Gestão de Eventos Críticos
<b>Linha de Pesquisa</b>	
<b>Opção de Orientador(a)</b>	

Dados Pessoais	Nome completo		
	Sexo: ( ) F ( ) M	Data de nascimento	
	Estado civil	Naturalidade	
	Pai		
	Mãe		
	RG (estado/órgão)	Emissão:	CPF

<b>Contato</b>	Rua/Nº			
	Bairro	Cidade	Estado	
	CEP	Telefone ( )		
	Fax ( )	Celular ( )		
	E-mail	Caso resida fora do RJ indique um telefone para contato durante a seleção		

Formação	Nível	Nome do Curso	Instituição de Ensino	Término
	Graduação			
	PG			

Atividade Profissional	Cargo/Função
	Instituição
	Endereço/telefone de contato:

Instituição Financiadora	Nome
	CNPJ
	Endereço/telefone de contato (indique a pessoa/setor responsável):

**Documentos a serem anexados:**

1) Carteira de Identidade, CPF (cópias autenticadas) e 2 retratos 3 x 4 2) Diploma de Graduação plena, reconhecido pelo MEC (cópia autenticada em cartório) 3) Curriculum Vitae LATTES/CNPq 4) Histórico escolar da graduação (cópia autenticada em cartório) 5) Duas cartas de recomendação, em envelope lacrado 6) Carta de intenção 7) Termo de Compromisso 8) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição 9) Resumo do Anteprojeto (3 vias)

Declaração	Declaro, pra os devidos fins, que tomei conhecimento das condições estabelecidas no Edital do concurso de seleção e estou de acordo com as mesmas. Em, ____/____/2012
	Assinatura do candidato

Exclusivo da Coordenação do Curso:

Recebi a inscrição de \_\_\_\_\_ para o Mestrado Profissional em Defesa e Segurança Civil.

Em, \_\_/\_\_/2012 Assinatura:

**LINHAS DE PESQUISA DO CURSO E PROFESSORES ORIENTADORES (ANEXO III)****Área de Concentração:** Planejamento e Gestão de Eventos Críticos**Linhas de pesquisa:**

- 1) **Desastres Humanos:** Natureza tecnológica (com ou sem riscos radiativos); meios de transporte com risco radiativo; Construção civil (danificação ou destruição de habitações, rompimento de barragens, desastre durante construção); Incêndios (Instalações de combustíveis, óleos e lubrificantes, áreas portuárias, distritos Industriais); Produtos perigosos; Concentrações demográficas (colapso de recursos hídricos, energéticos, coleta de lixo, qualidade do ar, efluente líquidos e sólidos); Natureza Social (Convulsões Sociais); Conflitos bélicos, Causas biológicas (dengue, febre amarela, malária, peste, cólera, gripes virulentas).
- 2) **Desastres Naturais:** Geodinâmica terrestre externa de causa eólica (vendavais, tempestades, tornados, trombas d'água); Temperaturas extremas (frio intenso, granizo, geadas, ondas de calor); Variações bruscas das precipitações hídricas (inundações, alagamentos, enxurradas, enchentes e estiagens, secas, baixa umidade do ar, incêndio florestais); Geofísica terrestre interna (terremotos, sismos, maremotos, tsunamis); Geomorfologia e intemperismo (corridas de massa, erosão terrestre e marinha); Desequilíbrios na biocenose (pragas de animais, insetos, pragas vegetais, maré vermelha).
- 3) **Desastres Mistos:** Atmosfera (efeito estufa, chuvas ácidas, inversão térmica); Intemperismo (salinização do solo, desertificação); Geodinâmica terrestre (sismicidade induzida por reservatórios, por outras causas).

**Professores Orientadores:**

<b>Professores Orientadores</b>	<b>E-mail</b>
AIRTON BODSTEIN DE BARROS, DSc.	<a href="mailto:bodstein@vm.uff.br">bodstein@vm.uff.br</a>
ALBERTO GARCIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR, Ph.D.	<a href="mailto:alberto@igeo.uff.br">alberto@igeo.uff.br</a>
ALFREDO VICTOR BELLIDO BERNEDO, Ph.D.	<a href="mailto:alfredo@ien.gov.br">alfredo@ien.gov.br</a>
ANGELA MARIA ABREU DE BARROS, DSc.	<a href="mailto:angelbbarros@gmail.com">angelbbarros@gmail.com</a>
ANTONIO FERREIRA DA HORA, DSc.	<a href="mailto:dahora@vm.uff.br">dahora@vm.uff.br</a>
ARMANDO PEREIRA DO NASCIMENTO FILHO, DSc.	<a href="mailto:gqiarma@vm.uff.br">gqiarma@vm.uff.br</a>
CLÁUDIO BELMONTE DE ATHAYDE BOHRER, Ph.D.	<a href="mailto:bohrer@vm.uff">bohrer@vm.uff</a>
DÉBORA CYNAMON KLIGERMAN, DSc.	<a href="mailto:deboracyklig@gmail.com">deboracyklig@gmail.com</a>
FÁTIMA DE PAIVA CANESIN, DSc.	<a href="mailto:fatimacanesin@yahoo.com.br">fatimacanesin@yahoo.com.br</a>
FERNANDO CORDEIRO BARBOSA, DSc.	<a href="mailto:fernandocordeiro@uol.com.br">fernandocordeiro@uol.com.br</a>
LUCIANA TRICAI CAVALINI, DSc.	<a href="mailto:lutricav@vm.uff.br">lutricav@vm.uff.br</a>
MÔNICA DE AQUINO G. MASSERA DA HORA, DSc.	<a href="mailto:dahora@vm.uff.br">dahora@vm.uff.br</a>
REINER OLIBANO ROSAS, DSc.	<a href="mailto:reiner@vm.uff.br">reiner@vm.uff.br</a>
REGINA FERNANDES FLAUZINO, DSc.	<a href="mailto:rflauzino@uol.com.br">rflauzino@uol.com.br</a>
SIMONE CYNAMON COHEN, DSc.	<a href="mailto:simoneccohen@gmail.com">simoneccohen@gmail.com</a>
WILLIAM ZAMBONI DE MELLO, DSc.	<a href="mailto:zamboni@geoq.uff.br">zamboni@geoq.uff.br</a>

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEFESA E SEGURANÇA CIVIL  
MESTRADO PROFISSIONAL EM DEFESA E SEGURANÇA CIVIL****CALENDÁRIO DE ATIVIDADES****Local, Período e Horário do Processo Seletivo**

<b>Atividades</b>	<b>Data</b>	<b>Horário</b>	<b>Local</b>
Análise da documentação apresentada	22 e 23/10/2012	-	Escola de Engenharia da UFF sala 564 A – Bloco D
Divulgação do resultado da análise da documentação	24/10/2012	14h	Escola de Engenharia da UFF sala 564 A – bloco D
Prova escrita de conhecimentos e suficiência em Inglês	25/10/2012	9h às 11h	Escola de Engenharia da UFF sala 564 B – bloco D
Prova escrita envolvendo a interpretação de texto e uma redação	25/10/2012	14h às 16h	Escola de Engenharia da UFF sala 564 A – bloco D
Entrevista com o candidato e exame de anteprojeto de pesquisa	26 /10/2012	Agenda- mento	Escola de Engenharia da UFF sala 564 B – Bloco D
Divulgação dos Resultados	31/10/2012	14h	Escola de Engenharia da UFF-sala 564 A - Bloco D
Início do Curso	A partir de 05/11/2012		Escola de Engenharia da UFF-sala 564 A - Bloco D

Niterói, 17 de setembro de 2012.

**AIRTON BODSTEIN DE BARROS**  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em  
Defesa e Segurança Civil  
#####

**EDITAL – 1º semestre de 2013****SELEÇÃO DE ALUNOS PARA O CURSO DE MESTRADO MULTIDISCIPLINAR EM  
MODELAGEM COMPUTACIONAL EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

A Universidade Federal Fluminense - PUVR - EEIMVR – e a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Modelagem Computacional em Ciência e Tecnologia torna público, para conhecimento dos interessados, que estarão abertas as inscrições para a seleção de alunos para o Curso de Pós-Graduação Multi/Interdisciplinar "stricto sensu", **nível Mestrado, em Modelagem Computacional em Ciência e Tecnologia**, para o primeiro semestre do ano letivo de 2013, na forma do presente Edital.

**1. INSCRIÇÕES:**

Local: Secretaria do Curso Modelagem Computacional em Ciência e Tecnologia.

Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica

Av. dos Trabalhadores, 420, Vila Santa Cecília, Volta Redonda, RJ

CEP: 27225-125.

Tel : (24) 2107-3763 / 2107-3511

Fax: (24) 2107 -3500

E.mail: [mcct@metal.eeimvr.uff.br](mailto:mcct@metal.eeimvr.uff.br)

URL: <http://www.uff.br/mcct>

Inscrição: de **08/10/2012 a 13/11/2012**.

Sala: D-44.

Horário: 9 às 12 horas e de 14 às 18 horas.

Será cobrada uma taxa de Inscrição no valor de R\$ 30,00 (trinta reais).

**2. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:**

Os interessados no curso do Programa de Pós-Graduação em Modelagem Computacional em Ciência e Tecnologia devem entregar ou enviar à Secretaria do Curso os seguintes documentos:

- a) Ficha de inscrição (conforme modelo do Programa);
- b) Carta de intenção (conforme modelo do Programa);
- c) Histórico escolar do curso de Graduação (01 cópia);
- d) Diploma ou certificado de conclusão do curso de graduação devidamente reconhecido pelos órgãos competentes (02 cópias);
- e) Curriculum Vitae;
- f) 02 Fotos 3X4,
- g) 02 cópias do Documento de Identidade;
- h) 02 cópias do CPF;
- i) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição - O candidato deverá obter na secretaria do curso a Guia de Recolhimento da União (GRU), que deverá ser paga em qualquer agência do Banco do Brasil.

Observações:

(I) A ficha de inscrição e a carta de intenção referidas nos itens (a) e (b) podem ser obtidas na secretaria do curso ou no endereço [www.uff.br/mcct/selecao](http://www.uff.br/mcct/selecao).

(II) Os candidatos classificados que entregarem certificado de conclusão de Graduação terão que apresentar, no ato da matrícula ou no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a realização da mesma, o diploma de conclusão do curso de Graduação. Os candidatos estrangeiros deverão apresentar o diploma e o histórico escolar devidamente autenticados pelo consulado brasileiro no país onde foram expedidos e acompanhados da tradução juramentada.

(III) Os candidatos estrangeiros aprovados no processo seletivo terão seus diplomas avaliados pela Comissão de Pós-Graduação, em processo a ser referendado pelo Colegiado de Curso, nos termos da Resolução 18/2002 CEP de 20/02/2002, exclusivamente para inscrição neste Programa de Mestrado.

(IV) Em nenhuma hipótese serão aceitas inscrições com documentação incompleta.

### 3. VAGAS:

São oferecidas 10 (dez) vagas para candidatos que tenham interesse em aprofundar seus estudos em nível de Mestrado, Área de Concentração em Modelagem Computacional, que envolve as seguintes Linhas de Pesquisa:

- (I) - Métodos Matemáticos e Computacionais Aplicados à Engenharia e Ciência,
- (II) - Física Computacional,
- (III) - Otimização e Pesquisa Operacional

As vagas destinam-se a brasileiros e estrangeiros, sem distinção.

**4. PÚBLICO ALVO (Clientela):** graduados em Engenharia, Computação, Matemática, Física ou áreas afins.

**5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO:** prova escrita eliminatória, análise do currículo, do histórico escolar e avaliação oral.

**5.1.** A prova escrita (eliminatória) versará sobre tópicos cobertos, usualmente, nos cursos de graduação de Matemática, Física, Engenharias, Computação ou de outras áreas afins e versará sobre:

- a) Cálculo em  $\mathbb{R}^n$  ;  $n = 1, 2$  e  $3$ .
- b) Álgebra Linear: sistemas algébricos lineares, espaços vetoriais e transformações lineares simétricas.
- c) Algoritmos estruturados (requer conhecimento de alguma linguagem de programação),
- d) Mecânica Newtoniana : estática, dinâmica, Leis de Newton e Leis de Conservação..

**5.2.** Bibliografia Sugerida:

- a.1) Cálculo Avançado. W. Kaplan. Editora Edgard Blucher, Vol. 1 e 2.
- a.2) Cálculo - um Novo Horizonte. Howard Anton. Editora Bookman, Vol. 1 e 2.
- b.1) Álgebra Linear com Aplicações. Anton/Rorres. Editora Bookman.
- b.2) Álgebra Linear. Boldrini et al. Editora Harbra.
  
- c.1) Algoritmos e Estrutura de Dados. Guimarães, Angelo M & Lages, Newton A. de C.. LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1985
- c.2) Construção de Algoritmos. Filho, José Vanni. PUC-Rio, 4ª edição, 1995.
- c.3) Data Structures and Algorithms. Alfred V. Aho, Jeffrey D. Ullman, John E. Hopcroft. Addison Wesley, 1983.
  
- d.1) Fundamentos da Física 1 – Mecânica - David Halliday , Robert Resnick, Jearl Walker, LTC editora.

**d.2) Física I - Mecânica – Sears & Freedman & Young & Zemansky, Addison Wesley.****6. SELEÇÃO:**

**6.1.** A seleção dos candidatos para este curso de Mestrado será baseada no conteúdo da prova escrita, que é eliminatória, e no mérito acadêmico fundamentado na análise do histórico escolar, curriculum vitae, exposição de motivos apresentada na Carta de Intenção e na avaliação oral.

**6.2.** A seleção dos candidatos será feita pela Comissão de Seleção e obedecerá o seguinte cronograma: Prova escrita – **24/11/2012**. Divulgação dos resultados da prova escrita - **30/11/2012**. Avaliação Oral com os candidatos não eliminados – **08/12/2012**.

**6.3.** Os candidatos aprovados serão submetidos, durante o curso, a uma avaliação em proficiência na língua inglesa, que será feita através de interpretação de um texto técnico relacionado com algum assunto de Ciência e Tecnologia. Será permitida, durante a avaliação, consulta a dicionário impresso.

**6.4.** Os candidatos aprovados nesta seleção deverão estar cientes de que, conforme a Portaria 13/2006 da CAPES, as teses e dissertações defendidas serão, obrigatoriamente, disponibilizadas nos sites da CAPES e do Programa de Pós-Graduação em Modelagem Computacional em Ciência e Tecnologia da UFF.

**6.5.** A lista classificatória dos candidatos aprovados será divulgada a partir de **18 de dezembro de 2012** na Secretaria do Curso e no endereço <http://www.uff.br/mcct/selecao>.

**6.6.** A matrícula dos aprovados será realizada de **04 a 08 de março de 2013, de 09 às 13h**, na Secretaria do Programa.

**6.7.** O curso letivo acompanhará o Calendário Acadêmico da UFF e será oferecido nas dependências da EEIMVR em Volta Redonda.

**6.8.** Ao inscrever-se nesta Seleção, o candidato estará reconhecendo sua aceitação das normas estabelecidas neste Edital.

**7. INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS:**

**7.1.** Recursos sobre o resultado da seleção poderão ser interpostos pelos candidatos até 2 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado, diretamente na Secretaria do Curso. Os recursos deverão ser apresentados através de documento formal e segundo as seguintes características:

a) Deve estar redigido de forma clara e precisa, chamando a atenção para os pontos que julgue discutíveis na avaliação.

b) Deve conter uma justificativa fundamentada, precisa e concisa do motivo do recurso.

c) Deve ser apresentado de forma legível (de preferência em folhas impressas).

d) Deve constar nome (legível), número da Carteira de Identidade ou equivalente e data.

e) O recurso deve estar assinado pelo requerente.

**7.2.** A Comissão divulgará os resultados dos recursos no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis após o encerramento do prazo de entrada do recurso.

**8. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**8.1.** Se o número de candidatos aprovados for menor que o número de vagas estabelecidas neste Edital, as vagas restantes não serão preenchidas.

**8.2.** A concessão de bolsas de Mestrado depende das cotas disponibilizadas pelos órgãos de fomento. A aceitação do candidato no Programa não implica na concessão de bolsa de estudos.

**8.3.** Os candidatos aprovados para o curso e os demais serão comunicados dos resultados, formalmente, pela Secretaria do Programa.

**8.4.** O registro do aluno selecionado que tenha qualquer matrícula ativa em curso de Graduação ou Pós – Graduação na UFF só será efetuado se o mesmo solicitar desligamento do curso ao qual se encontra atualmente vinculado.

**8.5.** Os candidatos que tiverem sua inscrição INDEFERIDA na análise dos documentos exigidos e os candidatos NÃO CLASSIFICADOS terão um prazo de 30 dias, a contar da divulgação do resultado final, para a retirada dos documentos apresentados por ocasião da inscrição. Após este prazo, a documentação será descartada.

**8.6.** Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção e referendados pelo Colegiado do Programa.

Volta Redonda, 17 de setembro de 2012.

GUSTAVO BENITEZ ALVAREZ  
Coordenador da Pós-Graduação em  
Modelagem Computacional em Ciência e Tecnologia  
#####

**EDITAL 2012 – Turma Corporativa**

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil da Universidade Federal Fluminense, considerando o que estabelece a Resolução 121/00 do Conselho de Ensino e Pesquisa, faz saber que estarão abertas as inscrições para a seleção ao Curso de Pós-Graduação “Stricto Sensu” – **Mestrado Profissional em Defesa e Segurança Civil**, Área de Concentração Planejamento e Gestão de Eventos Críticos na forma deste Edital.

**1. INSCRIÇÕES**

Período: **17 de setembro a 16 de outubro de 2012.**

A ficha de inscrição e demais anexos estão disponíveis para download na home page do Programa (<http://www.defesacivil.uff.br>).

Número de vagas: 10 (**dez**) vagas.

**Formas de Inscrição:**

## ▪ Coordenação do Curso:

Rua Passo da Pátria, 156, Sala 564 A – Prédio Novo da Escola de Engenharia, Bloco D - São Domingos - Niterói – RJ CEP: 24.210-240.

Contatos: Tel: (021) 2629-5580 - 2629-5489

E-mail: [mestrado@defesacivil.uff.br](mailto:mestrado@defesacivil.uff.br)

Horário: De segunda a sexta-feira, das 09:00h às 12:00 horas e 13:30h às 17:00h.

## ▪ Internet:

Acessando a página do Programa (<http://www.defesacivil.uff.br>)

Enviar pelo correio a documentação constante do subitem 2.1. deste Edital

## ▪ Correio:

Encaminhar a ficha de inscrição e a documentação constante do subitem 2.1. deste Edital

Obs.: Nos casos de inscrição pela Internet ou pelo Correio, serão considerados inscritos, os candidatos cuja documentação completa for recebida na Coordenação do Curso, com a data do carimbo até o último dia de inscrição.

**2. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO**

a) Carteira de Identidade, CPF (**cópias autenticadas**) e 2 retratos 3 x 4.

b) Diploma de Graduação plena, reconhecido pelo MEC (**cópia autenticada em cartório**).

No caso do diploma de Graduação ainda não ter sido emitido, para efeito de inscrição será aceito, como comprovante hábil, a declaração de conclusão de curso atualizada com registro do MEC (**cópia autenticada em cartório**). No entanto, a matrícula do candidato aprovado só será efetivada mediante a apresentação do diploma de graduação.

\* Títulos obtidos no exterior deverão cumprir exigências constantes da Resolução 18/2002, que dispõe sobre a aceitação de títulos obtidos no Exterior.

c) Curriculum Vitae no formato LATTES/CNPq.

d) Histórico escolar da graduação (**cópia autenticada em cartório**).

e) Duas cartas de recomendação, conforme modelo (**anexo I**), em envelope lacrado.

- f) Ficha de Inscrição preenchida, com opção pela linha de pesquisa (**anexo II**).
- g) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais). Os dados bancários estarão disponíveis na home page do Programa.
- h) Resumo de Anteprojeto de Projeto de Pesquisa com tema vinculado a uma das seguintes linhas de pesquisa: Desastres Naturais, Desastres Humanos e Desastres Mistos. Texto em **3 vias**, máximo de duas páginas em papel modelo A4, fonte Times New Roman 12, digitado em espaço 1,5 constando de Título, Palavras-chave, Linha de Pesquisa do Programa, vínculo com projetos com financiamento e resumos do objetivo, da metodologia, da área geográfica e dos resultados esperados.

Obs.: Recomendamos que os interessados, consultem os perfis dos orientadores na home page do Programa. Os orientadores podem ser contatados anteriormente para verificação da viabilidade do desenvolvimento do projeto de pesquisa.

### **3.PROCESSO DE SELEÇÃO**

- 3.1.** Análise e avaliação de toda a documentação constante do item 2.a-g.
- 3.2.** Prova de suficiência em língua inglesa com tradução de texto.
- 3.3.** Prova escrita envolvendo a interpretação de texto e uma redação sobre a experiência profissional e acadêmica e a relação com o Programa.
- 3.4.** Entrevista e exame do anteprojeto de pesquisa (item 2-h) a ser desenvolvido no Curso.

### **4. REGIME DE AULAS**

A critério do Colegiado do Curso de Mestrado Profissional em Defesa e Segurança Civil, as disciplinas serão oferecidas, quinzenalmente, às **sextas-feiras das 18:00 às 22:00h e aos sábados das 08:00 às 17:00h.**

### **5. INVESTIMENTO**

Custo do Investimento e financiamento segundo Portaria CAPES N° 080, de 16 de dezembro de 1998.

### **6. LINHAS DE PESQUISA DO PROGRAMA**

O anexo III apresenta as linhas de pesquisa e a relação dos professores orientadores.

### **7. RESULTADOS E DATAS LIMITES**

- 7.1.** A aprovação e a classificação dos candidatos serão decididas com base na soma das notas das provas de cada etapa do processo seletivo.
- 7.2.** Serão matriculados como alunos do Mestrado em Defesa e Segurança Civil os candidatos que obtiverem média final mínima de 7,0 (sete) pontos no processo de seleção, por ordem de classificação em relação ao número de vagas.
- 7.3.** Os candidatos que obtiverem média final mínima de 7,0 (sete), e não forem classificados em função das vagas existentes; e entre 4,0 (quatro) a 6,9 (seis vírgula nove) no processo de seleção para ingresso no Programa, serão elegíveis para o Estágio Probatório por um período mínimo de 06 (seis) meses com possibilidade de inscrição em disciplinas isoladas a critério do Colegiado do Curso.

**7.4.** Após a conclusão do Estágio Probatório o aluno poderá submeter-se novamente ao exame de seleção para ingresso no Programa.

**7.5.** Os candidatos não classificados terão o prazo máximo de 2 (dois) meses, a partir da data da divulgação dos resultados, para retirar os documentos comprobatórios da inscrição.

**7.6.** Os candidatos não classificados terão o prazo máximo de 24 horas, a partir da data da divulgação dos resultados, para recorrer.

**7.7.** Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil.

Niterói, 17 de setembro de 2012.

AIRTON BODSTEIN DE BARROS  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em  
Defesa e Segurança Civil  
#####

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEFESA E SEGURANÇA CIVIL**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM DEFESA E SEGURANÇA CIVIL**

**Carta de Recomendação (ANEXO I)**

**NOME DO CANDIDATO:** .....

Prezado(a) Senhor(a):

O candidato acima pretende realizar estudo em nível de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Defesa e Segurança Civil/UFF. O Programa terá melhores condições de avaliar as potencialidades do candidato, com base nas informações e observações confidenciais que V.Sa. possa fazer. Assim sendo, solicitamos que este formulário seja entregue ao candidato em envelope lacrado.

1. Desde que ano conhece o candidato? .....
2. Em que tipo de atividade teve contato mais direto com o candidato?
  - a) Como seu professor na(s) disciplina(s):  
.....  
.....
  - b) Como seu orientador no curso de: .....
  - c) Como seu chefe ou superior em serviço no: .....
  - d) Outras atividades (favor especificar) .....

3. Como classifica o candidato quanto aos atributos indicados no quadro abaixo?

Atributos do Candidato	Nível	Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Fraco	Sem condições para informar
Domínio em sua área de conhecimento científico							
Facilidade de aprendizado/ capacidade intelectual							
Assiduidade, perseverança							
Relacionamento com colegas e superiores							
Iniciativa, desembaraço, originalidade e liderança							
Habilidade em expressão oral							
Habilidade em expressão escrita							

4. Comparando este candidato com outras pessoas conhecidas nos últimos dois anos, com similar nível de formação e experiência, classifique o candidato quanto à sua aptidão para realizar estudos avançados e pesquisas, entre (indique uma das alternativas):

- os 5% mais aptos   
  os 30% mais aptos   
  os 50% menos aptos  
 os 10% mais aptos   
  os 50% mais aptos   
  os 10% menos aptos

5. Outras informações que julgar necessário acrescentar:

.....  
 .....

Responsável pela informação:

Nome: ..... Cargo ou Função:.....

Instituição onde atua: .....

Data: ...../...../2012

Assinatura: .....

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEFESA E SEGURANÇA CIVIL**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM DEFESA E SEGURANÇA CIVIL**

Foto 3x4

**Ficha de Inscrição - Seleção 2012 (ANEXO II)**

<b>Área de Concentração</b>	Planejamento e Gestão de Eventos Críticos			
<b>Linha de Pesquisa</b>				
<b>Opção de Orientador(a)</b>				
Dados Pessoais	Nome completo			
	Sexo: ( ) F ( ) M	Data de nascimento		
	Estado civil	Naturalidade		
	Pai			
	Mãe			
	RG (estado/órgão)	Emissão:	CPF	
<b>Contato</b>	Rua/Nº			
	Bairro	Cidade	Estado	
	CEP	Telefone ( )		
	Fax ( )	Celular ( )		
	E-mail	Caso resida fora do RJ indique um telefone para contato durante a seleção		
Formação	Nível	Nome do Curso	Instituição de Ensino	Término
	Graduação			
	PG			
Atividade Profissional	Cargo/Função			
	Instituição			
	Endereço/telefone de contato:			
Instituição Financiadora	Nome			
	CNPJ			
	Endereço/telefone de contato (indique a pessoa/setor responsável):			

**Documentos a serem anexados:**

1) Carteira de Identidade, CPF (cópias autenticadas) e 2 retratos 3 x 4 2) Diploma de Graduação plena, reconhecido pelo MEC (cópia autenticada em cartório) 3) Curriculum Vitae LATTES/CNPq 4) Histórico escolar da graduação (cópia autenticada em cartório) 5) Duas cartas de recomendação, em envelope lacrado 6) Carta de intenção 7) Termo de Compromisso 8) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição 9) Resumo do Anteprojeto (3 vias)

Declaração	Declaro, pra os devidos fins, que tomei conhecimento das condições estabelecidas no Edital do concurso de seleção e estou de acordo com as mesmas. Em, ____/____/2012
	Assinatura do candidato

Exclusivo da Coordenação do Curso:

Recebi a inscrição de \_\_\_\_\_ para o Mestrado Profissional em Defesa e Segurança Civil.

Em, \_\_/\_\_/2012 Assinatura :

**LINHAS DE PESQUISA DO CURSO E PROFESSORES ORIENTADORES (ANEXO III)****Área de Concentração:** Planejamento e Gestão de Eventos Críticos**Linhas de pesquisa:**

- 1) **Desastres Humanos:** Natureza tecnológica (com ou sem riscos radiativos); meios de transporte com risco radiativo; Construção civil (danificação ou destruição de habitações, rompimento de barragens, desastre durante construção); Incêndios (Instalações de combustíveis, óleos e lubrificantes, áreas portuárias, distritos Industriais); Produtos perigosos; Concentrações demográficas (colapso de recursos hídricos, energéticos, coleta de lixo, qualidade do ar, efluente líquidos e sólidos); Natureza Social (Convulsões Sociais); Conflitos bélicos, Causas biológicas (dengue, febre amarela, malária, peste, cólera, gripes virulentas).
- 2) **Desastres Naturais:** Geodinâmica terrestre externa de causa eólica (vendavais, tempestades, tornados, trombas d'água); Temperaturas extremas (frio intenso, granizo, geadas, ondas de calor); Variações bruscas das precipitações hídricas (inundações, alagamentos, enxurradas, enchentes e estiagens, secas, baixa umidade do ar, incêndio florestais); Geofísica terrestre interna (terremotos, sismos, maremotos, tsunamis); Geomorfologia e intemperismo (corridas de massa, erosão terrestre e marinha); Desequilíbrios na biocenose (pragas de animais, insetos, pragas vegetais, maré vermelha).
- 3) **Desastres Mistos:** Atmosfera (efeito estufa, chuvas ácidas, inversão térmica); Intemperismo (salinização do solo, desertificação); Geodinâmica terrestre (sismicidade induzida por reservatórios, por outras causas).

**Professores Orientadores:**

<b>Professores Orientadores</b>	<b>E-mail</b>
AIRTON BODSTEIN DE BARROS, DSc.	<a href="mailto:bodstein@vm.uff.br">bodstein@vm.uff.br</a>
ALBERTO GARCIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR, Ph.D.	<a href="mailto:alberto@igeo.uff.br">alberto@igeo.uff.br</a>
ALFREDO VICTOR BELLIDO BERNEDO, Ph.D.	<a href="mailto:alfredo@ien.gov.br">alfredo@ien.gov.br</a>
ANGELA MARIA ABREU DE BARROS, DSc.	<a href="mailto:angelbbarros@gmail.com">angelbbarros@gmail.com</a>
ANTONIO FERREIRA DA HORA, DSc.	<a href="mailto:dahora@vm.uff.br">dahora@vm.uff.br</a>
ARMANDO PEREIRA DO NASCIMENTO FILHO, DSc.	<a href="mailto:gqiarma@vm.uff.br">gqiarma@vm.uff.br</a>
CLÁUDIO BELMONTE DE ATHAYDE BOHRER, Ph.D.	<a href="mailto:bohrer@vm.uff">bohrer@vm.uff</a>
DÉBORA CYNAMON KLIGERMAN, DSc.	<a href="mailto:deboracyklig@gmail.com">deboracyklig@gmail.com</a>
FÁTIMA DE PAIVA CANESIN, DSc.	<a href="mailto:fatimacanesin@yahoo.com.br">fatimacanesin@yahoo.com.br</a>
FERNANDO CORDEIRO BARBOSA, DSc.	<a href="mailto:fernandocordeiro@uol.com.br">fernandocordeiro@uol.com.br</a>
LUCIANA TRICAI CAVALINI, DSc.	<a href="mailto:lutricav@vm.uff.br">lutricav@vm.uff.br</a>
MÔNICA DE AQUINO G. MASSERA DA HORA, DSc.	<a href="mailto:dahora@vm.uff.br">dahora@vm.uff.br</a>
REINER OLIBANO ROSAS, DSc.	<a href="mailto:reiner@vm.uff.br">reiner@vm.uff.br</a>
REGINA FERNANDES FLAUZINO, DSc.	<a href="mailto:rflauzino@uol.com.br">rflauzino@uol.com.br</a>
SIMONE CYNAMON COHEN, DSc.	<a href="mailto:simoneccohen@gmail.com">simoneccohen@gmail.com</a>
WILLIAM ZAMBONI DE MELLO, DSc.	<a href="mailto:zamboni@geoq.uff.br">zamboni@geoq.uff.br</a>

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEFESA E SEGURANÇA CIVIL  
MESTRADO PROFISSIONAL EM DEFESA E SEGURANÇA CIVIL****CALENDÁRIO DE ATIVIDADES****Local, Período e Horário do Processo Seletivo**

<b>Atividades</b>	<b>Data</b>	<b>Horário</b>	<b>Local</b>
Análise da documentação apresentada	22 e 23/10/2012	-	Escola de Engenharia da UFF sala 564 A – Bloco D
Divulgação do resultado da análise da documentação	24/10/2012	14h	Escola de Engenharia da UFF sala 564 A – bloco D
Prova escrita de conhecimentos e suficiência em Inglês	25/10/2012	9h às 11h	Escola de Engenharia da UFF sala 564 B – bloco D
Prova escrita envolvendo a interpretação de texto e uma redação	25/10/2012	14h às 16h	Escola de Engenharia da UFF sala 564 A – bloco D
Entrevista com o candidato e exame de anteprojeto de pesquisa	26 /10/2012	Agenda- mento	Escola de Engenharia da UFF sala 564 B – Bloco D
Divulgação dos Resultados	31/10/2012	14h	Escola de Engenharia da UFF-sala 564 A - Bloco D
Início do Curso	A partir de 05/11/2012		Escola de Engenharia da UFF-sala 564 A - Bloco D

Niterói, 17 de setembro de 2012.

**AIRTON BODSTEIN DE BARROS**  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em  
Defesa e Segurança Civil  
#####

## EDITAL DE SELEÇÃO PARA O MESTRADO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS

A Universidade Federal Fluminense (UFF) torna público que estarão abertas as inscrições para as provas de seleção para a turma de 2013 do Curso de Mestrado em Estudos Estratégicos do “Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança”, PPGEST, de **1/10/2012 até 19/10/2012**. Conforme detalhado adiante, no item 6.1 deste Edital, as provas começarão no dia **5/11/2012 e a divulgação da lista final de aprovados será dada a público no dia 14/11/2012**, às 16:00, no mural da secretaria do PPGEST.

### 1. Dos documentos necessários para inscrição

1.1. Ficha de inscrição devidamente preenchida pelo candidato (Anexo I deste Edital)

1.2. Fotocópia em duas vias da carteira de identidade e do CPF do candidato ou, se estrangeiro, do passaporte;

1.3. Fotocópia do histórico escolar da graduação (em duas vias)

1.4. Fotocópia do diploma do curso de graduação devidamente reconhecido pelo MEC ou certidão de conclusão do curso de graduação também reconhecido pelo MEC (em 2 vias).

1.4.1. No caso de o interessado ainda não possuir esses documentos, poderá apresentar – **e apenas para efeito de inscrição no Exame de Seleção** -declaração de provável obtenção de grau de bacharel ou licenciatura emitida pelo Coordenador do Curso onde o candidato terá o Diploma, atestando sua condição de provável formando e declarando que o candidato está cursando o último período de graduação. Este documento não assegura **direito de matrícula e por isso, caso aprovado, o candidato terá que apresentar seu diploma, sob pena de desclassificação.**

1.4.2. Títulos obtidos no exterior deverão atender à Resolução n. 18/2002 do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF que dispõe sobre a aceitação de títulos obtidos no exterior para fins de continuidade de estudos nesta universidade.

1.5. Carta de intenção dirigida ao Presidente da Banca de Seleção abordando os seguintes pontos:

a) Relatar as razões da escolha pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança da Universidade Federal Fluminense (PPGEST/UFF).

b) Estabelecer a relação entre as suas pretensões de cursar o Mestrado e os seus interesses profissionais;

c) **Relacionar**, se for o caso, os compromissos profissionais já assumidos e os que serão mantidos durante o curso, indicando sua natureza, assim como dia (s) e horário (s) de trabalho;

d) **Disponibilidade** real de tempo que dedicará às atividades de pós-graduação, caso não possa cumprir em horário integral suas atividades no PPGEST. Em princípio, entretanto, o **PPGEST pressupõe dedicação integral e exclusiva dos alunos às suas atividades de ensino e pesquisa;**

e) Revelar as pretensões relativas ao sistema de bolsas (afirmar se pretende, ou não, solicitar bolsa de estudos do Programa), tendo notícia, a partir da leitura deste Edital, que não serão concedidas bolsas para os que mantenham qualquer tipo de vínculo empregatício, no momento da matrícula no PPGEST, seja na esfera pública, seja na privada, nos termos das normas próprias da CAPES;

f) **Informações relativas a outro tipo de auxílio** (bolsa PICD ou equivalente, por exemplo).

**1.6. Em não mais de duas páginas, em documento anexo à carta de intenção,** indicar as linhas gerais e preliminares do Projeto de Pesquisa que pretende desenvolver no Curso de Mestrado, precisando:

a) O que pretende pesquisar? Por que se interessou pelo tema? O que conhece e leu sobre o tema? Quais as premissas/pressupostos do estudo? Quais os suportes teóricos/conceitos a partir dos quais o tema será abordado? Como pretende desenvolver o trabalho?

b) o professor/pesquisador com o qual pretende desenvolver suas atividades discentes, entendendo que o projeto deve estar vinculado ao campo de interesse do corpo docente do PPGEST. No **anexo II**, o candidato encontrará o quadro docente do PPGEST, verificando os professores que estarão disponíveis para orientação. No **anexo IV** estão as áreas de concentração e linhas temáticas de pesquisa do programa. O trabalho proposto deve estar vinculado a umas das linhas de pesquisa do PPGEST.

c) O candidato, antes de se inscrever, deverá procurar contato eletrônico com algum professor disponível para orientação buscando sua anuência. Cópia da anuência eletrônica dada pelo professor do PPGEST deve ser anexada ao Projeto de Pesquisa (Cf. anexo II). Tal anuência, entretanto, de maneira alguma significará qualquer tipo de compromisso entre o candidato e o professor, nem assegurará ao candidato qualquer pretensão à vaga pretendida. Significará, tão somente, que o professor concordou, em princípio, com a superposição do tema do candidato aos seus próprios interesses no campo do ensino e pesquisa no PPGEST, além de supor que o candidato também demonstra condições intelectuais razoáveis para fazer o Curso de Mestrado.

**1.7. Currículo Lattes em quatro vias.** Não serão aceitos CVs em formato livre.

Anexado ao currículo, o candidato deverá entregar, no ato da inscrição:

a) Resumo da Monografia de Graduação (máximo dez linhas), indicando orientador e instituição em que foi apresentada;

b) Uma cópia da Monografia;

c) Uma cópia dos trabalhos publicados em envelope devidamente identificado, tamanho A4, não lacrado.

Observação - Todos esses documentos comporão dossiê que será requisito necessário da Entrevista, de acordo com o que estabelece o subitem 6.4 a seguir. Todos os documentos devem ser entregues na forma impressa, não se aceitando versão eletrônica.

**1.8. Recibo de pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) a ser paga no BANCO DO BRASIL (em todo território nacional).** Será necessário emitir GRU, seguindo as instruções abaixo:

1. Acessar o site da UFF ([www.uff.br](http://www.uff.br)).
2. Clicar em “Guia de Recolhimento da União (GRU)”.
3. Na página seguinte, clicar “Guia de Recolhimento da União”.
4. Na página seguinte, clicar “Impressão – GRU Simples”.
5. Na página seguinte, preencher os campos em amarelo com os seguintes códigos:

Unidade Favorecida: 153056

Gestão: 15227

Código: 28.832-2

Descrição do Recolhimento: Serviços Educacionais

Nº de Referência: **0250.158.642**

Nome:

CPF:

**Valor Principal: R\$ 85,00**

**Valor Total: R\$ 85,00**

6. Depois de preencher, clicar em “Emitir GRU Simples” e imprimir guia para pagamento no banco.

## 2. Da inscrição

2.1. As inscrições deverão ser realizadas no seguinte endereço e horário:

a) Endereço: Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos:

**Universidade Federal Fluminense - Campus do Valonguinho, antigo prédio do CEG, 2º andar.  
Telefone – (21) 2629-9961. e-mail: ppgest@vm.uff.br**

b) Horário para inscrição: 2ª a 6ª feiras – de 11h00 às 13h00 horas.

2.2. Inscrições pelo correio:

As inscrições também poderão ser feitas pelo correio, devendo toda a documentação requerida na seção n.º 1 deste Edital ser enviada para o seguinte endereço: Estrada de Jacarepaguá 2434, casa 120 – Itanhangá 22.753-032, Rio de Janeiro, RJ – Brasil (a/c do Profº Dr. Vágner Camilo Alves, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da UFF), via SEDEX, com data de postagem até dia 20/10/2012, acompanhada de recibo de depósito bancário da taxa de inscrição feita conforme as instruções detalhadas no subitem 1.8 deste Edital.

2.3 . Inscrições por Procuração:

As inscrições poderão ser feitas por procuração, assinada de próprio punho pelo candidato, devendo o representante apresentar documento de identificação e toda a documentação relacionada na seção n. 1 deste Edital, acompanhada de recibo de depósito bancário da taxa de inscrição feita conforme as instruções detalhadas no subitem 1.8 deste Edital.

## 3. Dos candidatos

3.1. Poderão se candidatar diplomados em qualquer curso de graduação reconhecido pelo MEC.

3.2. O Curso de Mestrado em Estudos Estratégicos pressupõe a dedicação integral dos alunos. Além das atividades curriculares consideradas regulares, eles devem se comprometer com todas as demais que façam parte da programação acadêmica da pós-graduação.

## 4. Das vagas disponíveis

O Curso de Mestrado em Estudos Estratégicos do PPGEST dispõe de até 16 (dezesseis) vagas, sendo que 4 (quatro) vagas estão reservadas para candidatos indicados pelas escolas de altos estudos das forças armadas, nos termos dos convênios celebrados com a ECEMAR, ECEME, EGN e a ESG. Os indicados devem se inscrever e se submeter às provas e a avaliação, nos termos deste edital, como todos os demais. **Estão também reservadas mais duas vagas. Uma para estrangeiros não residentes no Brasil; e uma para portadores de necessidades especiais. Caso por qualquer motivo as vagas reservadas não sejam preenchidas, elas podem ser aproveitadas por candidatos classificados na seleção universal.** Entretanto, como todas as provas são eliminatórias para os alunos que se submetem à seleção, não será obrigatório o preenchimento de todas as vagas.

## 5. Da avaliação, das provas e da divulgação dos resultados.

5.1. A seleção será feita em três etapas, tendo todas elas caráter eliminatório. A avaliação em cada uma será feita com notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo 7,0 (sete) a nota mínima para aprovação.

**5.2. 1ª Etapa:** a Prova de Proficiência em Inglês terá como objetivo avaliar a capacidade do candidato compreender a literatura pertinente neste idioma. O exame consistirá de uma série de questões sobre um texto em inglês. As referidas questões serão formuladas em português e respondidas também nessa mesma língua. Não será permitido o uso de dicionário no exame.

**5.3. 2ª Etapa:** a Prova Escrita de Estudos Estratégicos examinará o conhecimento do conteúdo da disciplina, tendo por base a bibliografia descrita na seção nº. 7 do presente Edital.

**5.4. 3ª Etapa:** A Prova de Entrevista, para a qual só serão chamados os candidatos aprovados na Prova de Proficiência em Língua Estrangeira e na Prova Escrita, visa avaliar as qualificações acadêmicas do candidato, atentando, principalmente, para os seguintes itens: 1) o currículo e as aspirações do candidato expostos na carta de intenção; 2) avaliação da monografia de graduação e trabalhos eventualmente publicados; 3) grau de compromisso do candidato com as atividades do PPGEST; e 4) conhecimento e preliminar identificação do candidato com as linhas de pesquisa do PPGEST.

**5.5.** Os resultados serão divulgados no quadro de avisos da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos, no endereço informado no item 2.1 (a) deste Edital, nos dias e horários anunciados no calendário apresentado na seção nº. 6 deste Edital.

**5.6.** A avaliação da banca é final e irrecorrível, não se permitindo revisão de provas e/ou de notas.

## **6. Do calendário e horário das provas e da divulgação dos resultados:**

**6.1.** A Seleção será realizada obedecendo ao seguinte calendário:

**1. Prova de Proficiência em Língua Estrangeira, no dia 5/11/2012, das 10:00 às 13:00 horas.**

**2. Prova Escrita de Estudos Estratégicos, no dia 6/11/2012, das 9:00 às 13:00 horas.**

**3. Divulgação dos aprovados na Prova de Proficiência em Língua Estrangeira e na Prova Escrita de Estudos Estratégicos e anúncio do horário para entrevistas dos candidatos, no dia 9/11/2012, às 16:00 h, no mural da Secretaria do PPGEST.**

**4. Entrevistas com os candidatos acima no dia 12/11/2012, entre 9:00 e 18:00 horas.**

5. Divulgação da lista final de aprovados, em 14/11/2012, às 16:00 h, no mural da secretaria do PPGEST, dando-se por terminado o Exame de Seleção em 2012 para a nova turma de 2013.

**6.2.** A prova de inglês, a prova escrita e as entrevistas serão realizadas na Universidade Federal Fluminense, em local e salas a serem divulgadas tempestivamente pela Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos.

## **7. Da Bibliografia da Prova Escrita em Estudos Estratégicos**

- CARR, Edward Hallett. Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. (Prefácio e Partes I, II e III, pp. 5 a 159).

- FIGUEIREDO, Eurico de Lima “ Os Estudos Estratégicos, a Defesa Nacional e a Segurança Internacional” in LESSA, Renato (Org.). Horizontes das Ciências Sociais: Ciência Política. São Paulo: Discurso Editorial, 2010. (pp. 271 a 295).

- HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos. O breve século XX, 1914-1991. Parte Um: A Era da Catástrofe. SP: Cia. das Letras, 1995. (pp. 29 a 219)

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. Várias edições.

- PARET, Peter “Clausewitz” in Peter Paret (org.) Construtores da Estratégia Moderna – Tomo 1. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001 (pp. 257 a 292).

- SHY, John “Jomini” in Peter Paret (org.) Construtores da Estratégia Moderna – Tomo 1. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001 (pp. 201 a 256).

- SOARES, Samuel Alves “A Defesa na Política Externa na Era Lula” in FREIXO, Adriano, PEDONE, Luiz, RODRIGUES, Thiago e ALVES, Vágner (Orgs.). A Política Externa Brasileira na Era Lula: um Balanço. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. (pp. 71 a 87)

- WEBER, Max. A política como vocação. In: GERTH & MILLS. Max Weber. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

- WEFFORT, Francisco (Org.). Os Clássicos da Política 1. São Paulo: Editora Ática, 2006 (Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau – pp. 11 a 110 e 187 a 241).

- ZAKARIA, Fareed. O Mundo Pós-Americano. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Capítulos 1, 2 e 3 (pp. 11-98).

## **8. Da Banca**

A banca de seleção, indicada pelo colegiado do PPGEST, será composta pelos seguintes docentes do Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos:

### **Titulares**

Prof. Dr. FREDERICO CARLOS DE SÁ COSTA

Prof. Dr. THOMAS HEYE

Prof. Dr. VÁGNER CAMILO ALVES (Presidente)

### **Suplentes**

Prof. Dr. LUIZ PEDONE

Prof. Dr. FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

## **9. Outras disposições**

**9.1.** Os candidatos não aprovados terão 30 (trinta) dias a partir da data de divulgação da lista de aprovados para retirar seus documentos. Findo esse prazo, eles serão inutilizados.

**9.2.** Na hipótese da ocorrência de desistências por parte dos candidatos aprovados por ocasião da matrícula, serão chamados os demais aprovados, obedecendo-se à ordem de classificação, desde que não se ultrapasse o número de vagas disponíveis previstas no item 4 deste Edital.

**9.3.** A Banca de seleção reserva-se o direito de não preencher as vagas disponíveis.

**9.4.** A aprovação na seleção não garantirá a obtenção de bolsa de estudo, a qual dependerá das cotas recebidas pelo Programa, das agências financiadoras, das normas dessas agências financiadoras e das regras do próprio Programa.

**9.5.** A Banca de Seleção é soberana quanto à aplicação dos critérios de avaliação do processo de seleção definidos pelo Colegiado do Programa.

**9.6.** O concurso chegará ao seu término após a divulgação dos resultados finais quando se dará a conhecer a relação dos candidatos aprovados, conforme estabelecido na alínea 5 do subitem 6.1 do presente Edital.

**9.7.** Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Banca de Seleção, ad referendum do Colegiado do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança. Niterói, setembro de 2012.

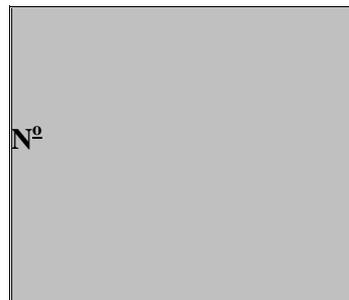
VÁGNER CAMILO ALVES  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos  
Estratégicos da Defesa e da Segurança  
#####

## ANEXO I

UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

INEST/PPGEST

Coordenação de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos



## SELEÇÃO PARA O CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS 2013

## FICHA DE INSCRIÇÃO

NOME: \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_ DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## I – ENDEREÇO RESIDENCIAL:

RUA \_\_\_\_\_

BAIRRO \_\_\_\_\_ CIDADE \_\_\_\_\_ U.F.: \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ TEL \_\_\_\_\_ Celular \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

## II – ENDEREÇO DO TRABALHO

LOCAL \_\_\_\_\_

RUA \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ TEL \_\_\_\_\_ E-MAIL: \_\_\_\_\_

IDENTIDADE \_\_\_\_\_ ÓRGÃO \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ NATURALIDADE \_\_\_\_\_

NACIONALIDADE \_\_\_\_\_ ESTADO CIVIL \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

Pretende Concorrer à bolsa durante o Curso?

 SIM NÃO

É portador de necessidade(s) especial (is):

 SIM NÃO

Qual(is)? \_\_\_\_\_

Concorre a vaga para estrangeiro?  Sim  NãoConcorre a vaga por indicação de alguma escola de ensino superior militar?  Sim  NãoCaso Sim, qual?  ECEMAR  ECEME  EGN  ESG

Declaro, para os devidos fins, que as informações acima são verdadeiras e que tomei conhecimento das condições estabelecidas no EDITAL do concurso de seleção, estando de acordo com as mesmas

Niterói \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

**UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**INEST/PPGCP**

**Coordenação de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos**

Nº

**CONCURSO DE SELEÇÃO PARA O MESTRADO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS PPGEST 2013**

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

## ANEXO II

## Quadro docente do PPGEST

**ADRIANO FREIXO**[adrianofreixo@hotmail.com](mailto:adrianofreixo@hotmail.com)

Doutor em História Social (UFRJ), Mestre em História Política (UERJ) e Especialista em História das Relações Internacionais (UERJ). Autor e organizador de diversos livros e artigos sobre Relações Internacionais, Política Externa Brasileira e História do Brasil Contemporâneo. Dentre seus principais trabalhos destacam-se o livro “Minha Pátria é a Língua Portuguesa”: A Construção da Idéia da Lusofonia em Portugal (Rio de Janeiro, Editora Apicuri, 2009) e a organização das obras coletivas Tempo Negro, Temperatura Sufocante: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5 (Rio de Janeiro, Editora da PUC-Rio/Contraponto Editora, 2008) e O Brasil de João Goulart: Um Projeto de Nação (Rio de Janeiro, Editora da PUC-Rio/Contraponto Editora, 2006) – com Oswaldo Munteal Filho e Jacqueline Ventapane Freitas – e A Ditadura em Debate: Estado e Sociedade nos Anos do Autoritarismo (Rio de Janeiro, Contraponto Editora, 2005) e Cinco Olhares sobre a Sociedade Brasileira: Reflexões sobre História, Cultura e Política (Rio de Janeiro, Editora Pontal, 2004), com Oswaldo Munteal Filho. Suas áreas de interesse são: Política Externa Brasileira Pós-1930, Relações Internacionais Contemporâneas, Regimes Autoritários no Brasil e na América Latina, Relações Brasil-Portugal-África Lusófona, Estudos sobre Nações e Nacionalismos e Cooperação Técnica Internacional na Área de Segurança e Defesa

**(disponível para orientação)****ANDREA RANGEL RIBEIRO**[aribeiro75@hotmail.com](mailto:aribeiro75@hotmail.com)

Professora credenciada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos (PPGEST) da Universidade Federal Fluminense - UFF. Tem graduação em Relações Internacionais (1997) e especialização em História das Relações Internacionais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (1998). É mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ (2001), e doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional - UFRJ (2008). Atua profissionalmente como pesquisadora e docente na área de Relações Internacionais, Estudos Estratégicos e Antropologia. Atualmente pesquisa a questão do narcotráfico no Brasil e sua relevância no cenário internacional.

**(disponível para orientação)****EDUARDO SIQUEIRA BRICK**[brick@producao.uff.br](mailto:brick@producao.uff.br)

Coordenador do PPGEST e pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos e credenciado na área de concentração em estudos estratégicos no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP / UFF) e no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST / UFF). Graduado em Ciências Navais pela Escola Naval (1965), chegou ao posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra, estando na reserva da Marinha. É graduado em Engenharia Eletrônica pela PUC/RJ (1971), Mestre em Engenharia Elétrica e Telecomunicações pela US Naval Postgraduate School (1974) e Doutor em Engenharia de Sistemas pela mesma instituição. No PPGEST, concentra seus interesses nas relações entre ciência, tecnologia e indústria de defesa.

**(disponível para orientação)**

**EURICO DE LIMA FIGUEIREDO**[e\\_l\\_f@terra.com.br](mailto:e_l_f@terra.com.br)

Professor Titular de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos. Coordenador do Núcleo de Estratégicos (NEST / UFF). Coordenador Geral do Projeto Rede Brasil Defesa, apoiado pela CAPES e pelo Ministério da Defesa, tendo a UFF como instituição líder e como instituições associadas as três escolas militares de altos estudos (ECEME, EGN e ECEMAR). Editor-Chefe da Revista Brasileira de Estudos Estratégicos (REST) editada pelo PPGEST / NEST. Concentra atualmente seus interesses no campo teórico e conceitual relativo aos estudos estratégicos da defesa e da segurança.

**(não disponível para orientação)**

**FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA**[freitasalmeida03@yahoo.com.br](mailto:freitasalmeida03@yahoo.com.br)

Doutor em História Política, na área de Relações Internacionais, e mestre em História, ambos pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, graduado em Ciências Econômicas pela Uerj e em Histoire et Civilisation, pela Université de Nancy. Autor de diversos artigos, capítulos de livros, co-autor dos livros “Agricultura Brasileira” publicado pelo Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas e “Cigarro Brasileiro: Análise e Propostas para a Redução do Consumo”, publicado pelo Instituto Nacional do Câncer, e autor do livro “Do Grão ao Pão: O trigo nas relações entre o Brasil e a Argentina”. Foi responsável pela editoração da revista Agroanalysis, da Fundação Getúlio Vargas e consultor da revista Manchete Rural, de Bloch Editores, e da revista Panorama Rural, da Associação Brasileira de Máquinas e Implementos Agrícolas. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal Fluminense, na graduação de Relações Internacionais, ministrando a disciplina Comércio Exterior, consultor da revista Brasil Animal Business, da Sociedade Nacional da Agricultura e editor da Revista CADE. Áreas de interesse: Cooperação Sul-Sul, Segurança Alimentar, Ecosocioeconomia.

**(disponível para orientação)**

**FREDERICO CARLOS DE SÁ COSTA**[fcarlos@id.uff.br](mailto:fcarlos@id.uff.br)

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002) e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro - IUPERJ (2008). Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense, na cadeira de Teoria Política dos Estudos Estratégicos. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estudos Estratégicos, atuando principalmente nos seguintes temas: segurança nacional, forças armadas, soberania, Estado, teoria política.

**(disponível para orientação)**

**JOSÉ CARLOS ALBANO DO AMARANTE**[jamarante@oi.com.br](mailto:jamarante@oi.com.br)

Doutor em Aeronautics and Astronautics (Stanford University, 1979), Mestre em Engenharia Mecânica (Stanford University, 1978), Mestre em Engenharia Química (pela UFRJ, 1974), Bacharel em Engenharia Química pelo IME (1971). General de Divisão da Reserva do Exército. Agraciado com mais de 20 condecorações, honrarias e distinções. Em 2002 foi selecionado para fazer parte da lista de Outstanding Intellectuals of the 21st Century pelo International Biographical Center (Cambridge, Reino Unido) e também como Great Mind of the 21st Century pelo American Biographical Institute (Estados Unidos). Foi Reitor do IME, Presidente da IMBEL, Diretor de Fabricação e Recuperação do Exército, assessor do Ministro da Defesa para assuntos de Indústria de Defesa, Ciência e Tecnologia. Concentra seus interesses atuais nas relações entre ciência, tecnologia e defesa.

**(não disponível para orientação)**

**JOSÉ AMARAL ARGOLO**[jaargolo@globo.com](mailto:jaargolo@globo.com)

Pós-Doutor em Jornalismo (2004 [ECA-USP]), Doutor em Comunicação e Cultura (1998 [ECO-UFRJ]), Mestre em Filosofia, Bacharel em Direito (1977) e em Jornalismo (1978), pós-graduado em Ciência Política e Jornalismo. É Professor Associado da Escola de Comunicação da UFRJ que foi por dirigida entre 2002 a 2006. Atualmente, como Adjunto, integra o Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra. Áreas de interesse: Estudos Estratégicos, Interação entre os Órgãos de Difusão e os Estudos Estratégicos, Políticas Públicas da Defesa, Relações Cívicas e Militares.

**(disponível para orientação)**

**JORGE CALVÁRIO DOS SANTOS**[jorgecals@terra.com.br](mailto:jorgecals@terra.com.br)

Doutor e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduado em Informática pela UFRJ. Coronel Aviador da Reserva da Aeronáutica. Pertence ao quadro permanente da Escola Superior de Guerra. Desenvolve seus estudos e pesquisa atualmente nas áreas de globalização, interferência cultural, neoliberalismo, ciência, tecnologia e poder político.

**(disponível para orientação)**

**LUIZ PEDONE**[lpedone@uol.com.br](mailto:lpedone@uol.com.br)

Bachelor of Industrial Engineering pelo Georgia Institute of Technology/School of Industrial and Systems Engineering (1972), revalidado para Engenharia de Produção pela UFRJ (1976). Mestre em Administração Pública pela UnB (1978) e Doctor of Philosophy em Ciência Política pela University of Massachusetts Amherst (1989). Foi professor na UnB entre 1976-2003, quando se aposentou. É pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da UFF desde novembro de 2006 e credenciado na área de concentração em estudos estratégicos no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP / UFF) e no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST / UFF). No momento concentra seus estudos e pesquisas no campo da energia como fator estratégico da defesa e segurança.

**(disponível para orientação)**

**MANUEL DOMINGOS NETO**[mdomingosneto@yahoo.com.br](mailto:mdomingosneto@yahoo.com.br)

É graduado em História pela Université de Paris VI (1976), Mestre em Sociedade e Economia na América Latina pela Université de Paris III (1976) e Doutor em História pela Université de Paris III (1979). Pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris / França, em 2000. Foi pesquisador da Casa de Rui Barbosa, superintendente da Fundação CEPRO (Piauí) e deputado federal (1988-2001). Foi Vice-presidente do CNPq (2003-2006). É líder do grupo de pesquisa "Observatório das Nacionalidades" e Editor da revista "Tensões Mundiais". No momento foca seus estudos e pesquisas nos processos de construção das nacionalidades, cultura brasileira, desenvolvimento da Ciência no Brasil, organizações militares e defesa nacional.

**(disponível para orientação)**

**MARCIO ROCHA**[marciorocha98@hotmail.com](mailto:marciorocha98@hotmail.com) e [marciorochamr@yahoo.com.br](mailto:marciorochamr@yahoo.com.br)

Doutor em Ciência Política pela UFF. Mestre em Ciências Aeroespaciais pela UNIFA. Graduado em Economia pela UFRN/CEUB. Graduado em Ciências Aeronáuticas pela Academia da Força Aérea (AFA). Foi coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea (UNIFA) no período de 2004 a 2011. Autor do livro "Planejamento estratégico no preparo da Força Aérea". Tem experiência e atua na área de Defesa, principalmente nos seguintes temas: Planejamento e Gestão Estratégica, Doutrina e Emprego do Poder Aeroespacial e Inteligência estratégica. No PPGEST/UFF concentra as pesquisas e estudos em Políticas Públicas de Defesa, Economia e Orçamento de Defesa e influências da Ciência & Tecnologia no emprego militar.

**(disponível para orientação)**

**RENATO PETROCCHI**[petrocchi@puc-rio.br](mailto:petrocchi@puc-rio.br)

Renato Petrocchi graduou-se em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1988), realizou o mestrado em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (finalizado em 1995) e concluiu o doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2005). Atualmente é professor adjunto de Relações Internacionais da Escola de Guerra Naval (EGN) e professor de História Contemporânea da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Na EGN atua como professor e pesquisador da Área de Estudos de Política e Estratégia e na PUC-Rio, instituição na qual trabalha como docente desde 1998, é responsável por disciplinas como História Contemporânea IV, História Econômica Geral I e II, Seminários Especiais (História da América Latina), Sistema Internacional do Século XX, entre outras. Publicou na Revista Contexto Internacional, n.1, do ano 2000, o artigo, "O Irredutível Século XX: uma pesquisa de chaves de leitura" no qual realiza um estudo comparativo de determinada produção historiográfica/interpretativa sobre o "Novecentos", época histórica que se tornara, no contexto do final do século XX cronológico, objeto de intenso debate acadêmico e político. Tem experiência tanto na área de História Contemporânea e Relações Internacionais, com ênfase no século XX, quanto na área de História do Brasil do século XIX, atuando principalmente nos seguintes temas: discussão historiográfica sobre os séculos XX/XXI, relações internacionais, segurança internacional e política externa brasileira.

**(disponível para orientação)**

**SEVERINO CABRAL**[sbcabral@uol.com.br](mailto:sbcabral@uol.com.br)

Doutor em Sociologia pela Universidade São Paulo (1998). Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, ESG. Fundador e Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de China Ásia Pacífico-IBECAP. Ex-Professor no MBA- Gestão de Relações Internacionais- COPPEAD/ EGN. Ensina e pesquisa na área de Estudos Internacionais / Estratégicos e Estudos de China e Ásia-Pacífico.

**(não disponível para orientação)**

**THIAGO MOREIRA RODRIGUES**[th.rodriques@gmail.com](mailto:th.rodriques@gmail.com)

Graduado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998), com mestrado (2001) e doutorado (2008) em Ciências Sociais (Relações Internacionais) pela PUC-SP. Foi professor substituto no Departamento de Política da PUC-SP nos anos de 2006 e 2007. No período de janeiro a julho de 2007 cumpriu estágio doutoral no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL) da Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III). É pesquisador do Grupo de Análise de Prevenção de Conflitos Internacionais (GAPCon), da Universidade Cândido Mendes (UCAM), coordenando o grupo de trabalho "Governança global e transformações pós-conflitos". Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Integração Internacional, Conflito, Guerra e Paz, atuando principalmente nos seguintes temas: relações internacionais, política internacional, narcotráfico, América Latina, pensamento libertário e Michel Foucault.

**(disponível para orientação)**

**THOMAS HEYE**[t.hey@terra.com.br](mailto:t.hey@terra.com.br)

Bacharel em História (1994) e Mestre em Relações Internacionais (1997) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutor em Ciência Política (2005) pelo IUPERJ. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense no Departamento de Ciência Política, Pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEST) e Coordenador do Curso de Graduação em Relações Internacionais. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Política Internacional, atuando principalmente nos seguintes temas: estudos estratégicos, segurança internacional, defesa nacional, relações internacionais, economia política internacional, democracia e gastos militares.

**(disponível para orientação)**

**VÁGNER CAMILO ALVES**

Coordenador do PPGEST

[vgcamilo@bol.com.br](mailto:vgcamilo@bol.com.br)

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1995), mestrado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1998) e doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ (2005). Ganhou o prêmio IUPERJ de melhor tese de Ciência Política do ano. Atualmente é professor da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estudos Estratégicos e Política Internacional, atuando principalmente nos seguintes temas: relações internacionais, política externa brasileira, guerra e paz, segunda guerra mundial e direito internacional.

**(disponível para orientação)****WALDIMIR PIRRÓ E LONGO**[wlongo@nitnet.com.br](mailto:wlongo@nitnet.com.br)

É professor titular aposentado da Universidade Federal Fluminense. Oficial do Exército Brasileiro (Coronel) pela Academia Militar das Agulhas Negras (1955). Graduação em Engenharia Metalúrgica pelo Instituto Militar de Engenharia (1959). Mestre em Engenharia e Ciência dos Materiais e Metalurgia pela University of Florida (1969) e Doutor em Engenharia e Ciência dos Materiais e Metalurgia - University of Florida (1970). Livre Docência pela UFF (1976). É portador de inúmeras honrarias, dentre as quais a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico. Seus temas de interesse são educação tecnológica, política e gestão em CT&I e a inter-relação entre CT&I e Defesa.

**(não disponível para orientação)**

### **Anexo III**

#### **ESTRUTURA CURRICULAR**

O Mestrado do PPGEST organiza-se, em termos curriculares, da seguinte forma:

#### **Primeiro Semestre**

Teoria Política Moderna e Contemporânea (Disciplina Obrigatória)

Metodologia de Pesquisa em Estudos Estratégicos (Disciplina Obrigatória)

Teoria e Análise de Relações Internacionais da Defesa e da Segurança I (Disciplina Obrigatória)

#### **Segundo Semestre**

Teoria Política do Estado (Disciplina Obrigatória)

Estudos Estratégicos: Elementos de Teoria e Análise (Disciplina Obrigatória)

Teoria e Análise de Relações Internacionais da Defesa e da Segurança II (Disciplina Obrigatória)

#### **Terceiro Semestre**

Seminário de Dissertação (Disciplina Obrigatória)

Orientação de Dissertação I (Disciplina Obrigatória)

Cadeira Eletiva I ou II (Disciplina Eletiva)

#### **Quarto Semestre**

Orientação de Dissertação II (Disciplina Obrigatória)

Atividade Acadêmica Complementar

## ANEXO IV

Áreas de concentração e linhas temáticas de pesquisa:

### **Área de concentração I: Teoria e análise de relações internacionais e de segurança internacional**

Linha Temática de Pesquisa I: O pensamento sul-americano a respeito da Defesa e da Segurança.

Em suas linhas gerais, essa linha descortina dois planos de investigações distintos, mas complementares entre si. O primeiro se refere ao caso brasileiro; o segundo aos demais países do continente sul-americano. O universo temporal da investigação compreende o século XX e a primeira década do novo milênio, permitindo que se seccione o processo histórico para a investigação de etapas e/ou períodos devidamente identificados à luz do método, em um e outro plano. Teoricamente, propõe-se que os Estudos Estratégicos sejam analisados a partir da perspectiva política capaz de integrar e dar sentido ao trabalho multidisciplinar. É a partir dessa percepção que se pretende analisar a presença e a inserção dos estados no contexto das relações internacionais e estratégicas, principalmente (mas não apenas), no âmbito da defesa e da segurança. Relações internacionais e estudos estratégicos, segundo essa visada, complementam-se e mutuamente se enriquecem, ocorrendo profícuo processo de interfecundação conceitual, ao invés de mera superposição/justaposição de perspectivas distintas. Vista desse ângulo, a ausência/carência da literatura pertinente é flagrante.

Área de concentração II: Defesa Nacional e poder político

Linha Temática de Pesquisa II: Políticas Públicas de Defesa Nacional e Indústria de Defesa no Período Republicano

Essa linha relaciona a defesa do Estado com o progresso científico e tecnológico, supondo estar na posse do ciclo do conhecimento o fator-chave que estrutura a hierarquia das nações. A amplificação internacional da ciência e da tecnologia cria vulnerabilidades e ameaças que não podem passar despercebidas por uma sociedade como a brasileira. As aspirações nacionais dependem da produção “em casa”, sem prejuízo de parcerias internacionais, de estoque próprio no campo da ciência e da tecnologia. Volta-se para análise política de defesa e segurança e a base de sua ciência e de sua tecnologia para a implantação de competitiva indústria de defesa. Nesse particular, examina as potencialidades de associação entre a corporação militar, as universidades e setores da indústria nacional na construção de políticas que tornem competidoras a ciência e a tecnologia brasileiras na área da defesa.

As informações consideradas úteis sobre o PPGEST estão disponíveis no sítio do Programa: [www.uff.br/ppgest](http://www.uff.br/ppgest).

**EDITAL/2013**

A Coordenação do Programa de Pós - Graduação em Medicina Veterinária - Áreas de Concentração em **Clínica e Reprodução Animal, níveis Mestrado e Doutorado** da Universidade Federal Fluminense, considerando o que estabelece a Resolução nº 02/2010 do Conselho de Ensino e Pesquisa, faz saber que estarão abertas as inscrições para os exames de seleção aos Programas de Pós - Graduação “Strictu – Sensu”, na forma deste Edital.

**1. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E N.º DE VAGAS:**

<u>Nível do Curso</u>	<u>N.ºde vagas candidatos brasileiros</u>	<u>N.ºde vagas candidatos estrangeiros</u>
➤ Mestrado	35	02
➤ Doutorado	18	02

Obs.: Caso não sejam preenchidas ambas as vagas destinadas a candidatos brasileiros e candidatos estrangeiros, o Programa poderá ou não utilizá-las, sendo assim o curso se reserva o direito de não preencher a totalidade das vagas.

**2. CLIENTELA:**

- O Programa é oferecido para Médicos Veterinários.

**3. INSCRIÇÕES:**

Local: Secretaria Administrativa do Programa de Pós - Graduação em Clínica e Reprodução Animal.  
Faculdade de Veterinária: Rua Vital Brazil Filho, 64 - Santa Rosa.  
CEP: 24230-340 – Niterói – RJ

Telefone para contato.:

(21) 2629-9527 / (21) 2629-9528

Tel/Fax: (21) 2629-9541

E-mail: [ppgmedvet@vm.uff.br](mailto:ppgmedvet@vm.uff.br)

Home-page: <http://www.uff.br/clinicaveterinaria>

Período: 08 de outubro a 06 de novembro de 2012

Horário: 10:00 às 15:00 horas dos dias úteis.

Taxa de Inscrição: O valor da taxa de inscrição está fixado em R\$ 120,00 (cento e vinte reais), a ser paga exclusivamente no Banco do Brasil através de “GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO (GRU)”, seguindo os seguintes procedimentos:

Preencha a GRU SIMPLES acessando o seguinte endereço:

[https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp)

**PREENCHA OS CAMPOS COM AS INFORMAÇÕES A SEGUIR:**

- Código da Unidade Favorecida: 153056
- Gestão: 15227
- Código do recolhimento: 28830-6
- Número de Referência: 0250158143
- Competência: 1o/2012
- Vencimento: 11/10/2012
- CPF do Contribuinte: coloque seu CPF
- Valor principal: R\$ 120,00
- Valor Total: R\$ 120,00

- Clique em “Emitir GRU Simples” e imprima a guia a ser paga em qualquer agência do Banco do Brasil.

\* Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas pelos telefones: (21) 2629-9527/2629-9528 ou pelo e-mail [ppgmedvet@vm.uff.br](mailto:ppgmedvet@vm.uff.br)

**4. DOCUMENTAÇÃO :**

- Cópia legível do RG ;
- Cópia legível do RG e/ou Passaporte (para candidatos Estrangeiros)
- Cópia legível do CPF;
- Cópia legível da carteira do CRMV
  
- Cópia legível do diploma de Médico Veterinário ou comprovação de final de curso (os alunos selecionados, que no ato da matrícula, não apresentarem o diploma de graduação, serão desligados do processo seletivo, sendo convocado o candidato seguinte pela ordem de classificação).
  
- Cópia legível do histórico escolar do Curso de Graduação em Medicina Veterinária.
  
- Os candidatos estrangeiros têm que apresentar uma tradução juramentada do diploma de Médico Veterinário e do Histórico do Curso de Graduação.
  
- Para o Doutorado é necessário que seja cumprido o item acima, bem como a apresentação de cópia legível do Diploma de Mestre, ou comprovação de estar com defesa agendada até fevereiro de 2012 (os alunos selecionados, que no ato da matrícula, não apresentarem a comprovação do título de Mestre, serão desligados do processo seletivo, sendo convocado o candidato seguinte pela ordem de classificação).
  
- Cópia legível do Histórico do Curso de Mestrado (candidatos ao Doutorado)
  
- Os candidatos estrangeiros que estão concorrendo para a vaga de doutorado, devem apresentar além dos itens acima tradução juramentada do diploma de Mestrado e do histórico do Curso de Mestrado;
  
- Curriculum vitae (modelo Lattes) comprovado;
- Aceite do Orientador Credenciado e aceite do Co-orientador (caso tenha um co-orientador);
  
- Duas cartas de recomendação (este documento estará disponível na Coordenação do Curso ou na home-page: <http://www.uff.br/clinicaveterinaria>)
  
- O Pré- Projeto, que deverá ser planejado para duração máxima de até 24 meses para o Mestrado e até 48 meses para o Doutorado. Deve ter no máximo, 20 páginas, fonte Arial tamanho 12, espaço 1,5 cm,

margens 3,0 cm e conter obrigatoriamente na ordem, os seguintes itens: capa constando o título do pré-projeto, nome do candidato, nome do orientador e nome do co-orientador (caso tenha); resumo (contendo entre 1500 e 2000 caracteres, com espaços); introdução, fundamentação teórica; justificativa para escolha do tema; objetivos; material e método; viabilidade técnica e de infraestrutura disponível; cronograma de execução; previsão orçamentária, especificando a fonte de financiamento; e bibliografia relacionada ao projeto. O pré-projeto para o Mestrado deve estar de acordo com as linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação e do Orientador, apresentar contribuição científica, exequibilidade técnica e financeira e adequação a princípios éticos. O pré-projeto para o Doutorado deve estar de acordo com as linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação e do Orientador, apresentar contribuição científica, exequibilidade técnica e financeira, adequação a princípios éticos e originalidade. O Pré-projeto que não estiver adequado às orientações descritas, será indeferido.

- Dois retratos 2x2 e dois 3x4
- Compromisso firmado no ato da inscrição de dedicação exclusiva ao curso;
- Recibo de pagamento da taxa de inscrição original;
- Formulário de inscrição (este documento estará disponível na Coordenação do Curso ou na home-page do Programa (<http://www.uff.br/clinicaveterinaria>))
- OBS: Títulos obtidos no exterior deverão estar de acordo com a Resolução 18/2002 do CEP/UFF, que dispõe sobre a aceitação de títulos obtidos no exterior para fins de continuidade de estudos na UFF.
- Em caso de projetos desenvolvidos em outra Instituição que não a UFF o candidato deverá apresentar o aceite da mesma. Os projetos desenvolvidos na UFF deverão ter o aceite dos setores/locais envolvidos.
- A documentação deverá ser entregue na Coordenação, que será colocada pelo candidato em envelope, na presença do funcionário da secretaria sendo lacrado e rubricado pelo candidato, após lacrado o secretário não poderá receber nenhuma documentação, se faltar algum documento a responsabilidade é do próprio candidato.
- **Todos os itens acima são obrigatórios. A ausência dos mesmos invalidará a inscrição.**
- Todos os documentos e pré-projetos entregues, devem seguir rigorosamente o exigido neste Edital, o não cumprimento implicará em indeferimento da inscrição do candidato.

## 5. DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES:

O deferimento das inscrições será realizado por banca examinadora constituída por professores designados pelo Colegiado do Programa. A listagem com as inscrições deferidas estará disponível na secretária do Programa de Pós-Graduação em Medicina Veterinária (Clínica e Reprodução Animal) no dia 12 de novembro de 2012 a partir das 14h.

## 6. SELEÇÃO:

### 6.1. MESTRADO:

A seleção dos candidatos será realizada por banca examinadora constituída por professores designados pelo Colegiado do Programa. O candidato será avaliado em duas etapas, ambas eliminatórias.

§ 1ª ETAPA : **Acontecerá no dia 26 de novembro de 2012.**

a) Prova de conhecimentos sobre assuntos gerais na área e da subárea escolhida com início às 9 horas, com duração de três horas;

b) Prova de tradução e interpretação de um texto técnico científico em inglês com início às 14 horas, com duração de duas horas.

OBS: O candidato que **não** obtiver média na avaliação da 1º etapa igual ou maior que 6,0 (seis), será eliminado do concurso.

O Resultado da 1ª Etapa estará disponível na Secretaria do Programa de Pós-Graduação no dia 29 de novembro de 2012 a partir das 14horas.

#### §2ª ETAPA - **Acontecerá de 03 e 04 de dezembro de 2012.**

a) Defesa do Pré- projeto a ser desenvolvido: dia 03 de dezembro de 2012 com início às 9 horas.

b) Análise de Currículo vitae, histórico escolar.

OBS: O candidato que **não** obtiver média na avaliação da 2º etapa igual ou maior que 6,0 (seis), será eliminado do concurso.

O Resultado estará disponível na Secretaria do Programa de Pós-Graduação no dia 06 de dezembro a partir das 14horas.

O Resultado Final com a classificação estará disponível na Secretaria do Programa de Pós-Graduação no dia 10 de dezembro a partir das 14horas.

### **6.2. DOUTORADO:**

A seleção dos candidatos será realizada por banca examinadora constituída por professores designados pelo Colegiado do Programa. A seleção acontecerá entre os dias 26, 27 e 28 de novembro de 2012.

a) **Apresentação Oral e defesa do pré-projeto ,análise de curriculum vitae e Histórico:**

Realizada no dia 26 de novembro de 2012 a partir das 08 horas.

Obs: O candidato terá 15 min para a apresentação do pré-projeto.

b) **Tradução de um texto de outro idioma, excetuando-se o Português e o Inglês:** Realizada no dia 27 de novembro às 10 horas.

Obs: Os candidatos ao curso de Doutorado deverão ter sido aprovados em língua inglesa durante o mestrado.

O resultado estará disponível na Secretaria do Programa de Pós-Graduação no dia 03 de dezembro a partir das 14 horas.

O resultado final e classificação estarão disponíveis na Secretaria do Programa de Pós-Graduação no dia 10 de dezembro de 2012 a partir das 14 horas.

### **7. Período para recursos**

Recursos poderão ocorrer até 24 horas após a divulgação do resultado de cada etapa, sendo realizada na Secretaria do Programa de Pós-Graduação.

### **8. Disponibilidade de Bolsas**

Aos candidatos selecionados neste edital poderão ser oferecidas bolsas do CNPq, CAPES ou FAPERJ, dependendo da disponibilidade de bolsas do Programa, seguindo a ordem de classificação estabelecida pela Comissão de Seleção e decisões aprovadas pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação.

## 9. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ALMOSNY, NRP Hemoparasitoses em pequenos animais domésticos e como zoonoses. 2002.1 ed.
- CLANDLER, E. A. GASKELL, C.J., E GASKELL, R.M. Clínica e Terapêutica em Felinos.Ed Roca. 2006.
- COTRAN, R.S., KUMAR, V., COLLINS, T. Robbins - Patologia Estrutural e Funcional. 6ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. 1251p.
- CUBAS, ZALMIR SILVINO, SILVA, JEAN CARLOS RAMOS, E CATÃO-DIAS, JOSÉ LUIZ. Tratado de Animais Selvagens - Medicina Veterinária ed Roca. 2006.
- DIBARTOLA, STEPHEN P. Anormalidades de Fluidos, Eletrólitos e Equilíbrio Ácido-Básico na Clínica de Pequenos Animais. 2006.
- ETTINGER, S.J. Tratado de medicina interna veterinária. RJ: Guanabara Koogan, 2004... 2v.
- HAFEZ, E.S.E. Reprodução Animal, Editora Mande, 720p., 2003.
- HIRSH, D.Z. – Zee, Yuan Chung, Microbiologia Veterinária. 1ª ed. 2003. 464p.
- JONES, T.C., HUNT, R.D., KING, N.W. Patologia Veterinária. 6ed. São Paulo: Manole, 2000. 1415p.
- JOSE DE ANGELIS CÔRTEZ.Epidemiologia: Conceitos e Principios Fundamental. São Paulo. Livraria Varela, 1993. 227 p.
- JUBB KVP, KENNEDY PC, PALMER N. eds. Pathology of domestic animals. 4 ed. San Diego: Academic Press, 1993.
- LANORE, D. Quimioterapia Anticancerígena. Ed. Roca, 1ª ed., 2004.
- LAPPIN.M,R. Feline internal medicine secrets. Hanley & Belfus, inc. Philadelphia. 2001.
- MCDONALD, L.E. Veterinary Endocrinology and Reproduction 2002.
- MOULTON, J. E. Tumors in Domestic Animal. 3ªed., Berkeley, Califórnia, 1990.
- MORROW D.V Current Therapy in Theriogenology II,. 1986.
- NELSON, R.; COUTO, G. Fundamentos de medicina interna de pequenos animais. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2006.
- RADOSTITS,O.M; GAY, C.C.; BLOOD,D.C; HINCHCLIFF,K.W.. Veterinary medicine.a textbook of the diseases of cattle, sheep, pigs, goats and horses. 9 Ed W.B. Saunders. 2000.
- REED,S.M. & BAYLY, W.M. Medicina interna equina. Ed Guanabara Koogan. 2000.
- ROBERTS S.J. Veterinary Obstetrics and Genital Diseases, 1986.
- SCOTT, D.; MILLER, W.; GRIFFIN, C. Dermatologia de pequenos animais. 5ª ed. Rio de Janeiro: Interlivros, 1996. 1130p.
- SHERDING,R.G. The cat: Diseases and clinical management. Churchil Livingstone.1994.

- SLATTER, D. Fundamentos de oftalmologia veterinária. 2ª ed. Buenos aires: Inter-Médica, 2005. 739p.
- SLATTER, D. Manual de cirurgia de pequenos animais. São Paulo. Ed. Manole. 2v., 1998.
- SMITH, B. Large animal internal medicine. St. Louis, Mosby, 1996. 2040p.
- SMITH, B. P. –Tratado de Medicina Interna de Grandes Animais. Ed. Manole. 1993.
- STASHAK, T.S. Adam's lameness of horses. 4 ed. Philadelphia, Lea & Febiger, 1987.
- WITHROW, S. J.; Small Animal Clinical Oncology. 14ª ed. , Canadá, Saunders, 2007

Junte a esta solicitação:

- Cópia legível do RG, CPF e CRMV;
- Cópia legível do diploma e do histórico escolar;
- Curriculum vitae comprovado;
- Dois retratos 2x2;
- Dois retratos 3x4;
- Duas cartas de recomendação;
- Compromisso firmado no ato da inscrição de disponibilidade de horário;
- Aceite do Orientador Credenciado e Co-Orientador
- Recibo de pagamento da taxa de inscrição original
- Pré - projeto de pesquisa.

NADIA REGINA P. ALMOSNY  
Subcoordenadora do Programa de Pós-Graduação  
em Clínica e Reprodução Animal

#####

**DECISÃO PPGJA, Nº. 01 de 24 de setembro de 2012.**

**EMENTA:** Constituição da Banca Examinadora do Concurso de Seleção para o ingresso de alunos em 2013 na turma do Mestrado Profissionalizante do PPGJA.

**O Colegiado de Curso do Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa (PPGJA), no uso das suas atribuições, conforme deliberado em reunião ocorrida no dia 24 de setembro de 2012,**

**DECIDE:**

Constituir a Banca Examinadora do Concurso de Seleção para o ingresso de alunos, em 2012, na turma do Mestrado Profissionalizante do PPGJA, composta dos seguintes professores:

Dr. RICARDO PERLINGEIRO, Coordenador  
Dr. EDSON ALVISI NEVES, Vice-Coordenador  
Dra. CARMEM APARECIDA DO VALLE COSTA FEIJÓ  
Dr. GILVAN LUIZ HANSEN  
Dr. LUIZ MANOEL SILVA DE FIGUEIREDO  
Dr. MARIA LÍVIA DO NASCIMENTO  
Dr. RUY AFONSO DE SANTACRUZ LIMA  
Dra. SYLVIA MORETZSOHN  
Dr. WILSON MADEIRA FILHO  
Dr. CARLOS GABRIEL GUIMARÃES (Suplente)  
Dra. FABIANA D'ANDREA RAMOS (Suplente)

RICARDO PERLINGEIRO  
Presidente do Colegiado do PPGJA  
#####

**DECISÃO PPGJA, N.º 02 de 24 de setembro de 2012.**

**EMENTA:** Aprovação da grade horária das disciplinas para o ano 2013, com os seus respectivos docentes.

O Colegiado de Curso do Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa (PPGJA), no uso das suas atribuições, conforme deliberado em reunião ocorrida no dia 24 de setembro de 2012,

**DECIDE:**

Aprovar a seguinte grade horária para o ano 2013:

Disciplinas	Período	Docentes do PPGJA
Atividade Programada (Congresso, Workshop)	4 mar. 2013 8h-13h / 15h-19h	Dr. RICARDO PERLINGEIRO (Direito), Coordenador
	5 mar. 2013 8h-13h / 15h-19h	Dr. EDSON ALVISI NEVES (Direito e História)
	6 mar. 2013 8h-13h / 15h-19h	Dr. WILSON MADEIRA FILHO (Direito e Letras)
	7 mar. 2013 8h-13h / 15h-19h	Dr. TÚLIO BATISTA FRANCO (Saúde Coletiva)
	8 mar. 2013 8h-13h / 15h-19h	Dr. GILVAN LUIZ HANSEN (Filosofia e Direito) Dra. SYLVIA MORETZSOHN (Serviço Social)
Metodologia da pesquisa científica e jurídica	1-5 abr. 2013 8h-13h / 15h-19h	Dr. GILVAN LUIZ HANSEN (Filosofia e Direito), Coordenador Dra. ROSA INÊS DE NOVAIS CORDEIRO (Comunicação e Cultura)
Princípios fundamentais e regras gerais da jurisdição administrativa	6-10 maio 2013 8h-13h / 15h-19h	Dr. RICARDO PERLINGEIRO (Direito), Coordenador
Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado	3-7 jun. 2013 8h-13h / 15h-19h	Dr. TÚLIO BATISTA FRANCO (Saúde Coletiva), Coordenador Dr. RICARDO PERLINGEIRO (Direito)

Disciplinas	Período	Docentes do PPGJA
Economia e judicialização das políticas ambientais	1-5 jul. 2013 8h-13h / 15h-19h	Dr. WILSON MADEIRA FILHO (Direito e Letras), Coordenador
Bases históricas e políticas da jurisdição administrativa	5-9 ago. 2013 8h-13h / 15h-19h	Dr. EDSON ALVISI NEVES (Direito e História), Coordenador Dr. CARLOS GABRIEL GUIMARÃES (História e Economia)
Ética e judiciário	2-6 set. 2013 8h-13h / 15h-19h	Dr. GILVAN LUIZ HANSEN (Filosofia e Direito), Coordenador
Comunicação científica, gestão documental e arquivística	30 set. – 4 out. 2013 8h-13h / 15h-19h	Dra. SANDRA LÚCIA REBEL GOMES (Ciência da Informação), Coordenadora Dra. ROSA INÊS DE NOVAIS CORDEIRO (Comunicação e Cultura)
Análise econômica do interesse público	4-8 nov. 2013 8h-13h / 15h-19h	Dr. RUY AFONSO DE SANTACRUZ LIMA (Economia), Coordenador
Imprensa, mídia e jurisdição	2-6 dez. 2013 8h-13h / 15h-19h	Dra. SYLVIA MORETZSOHN (Serviço Social), Coordenadora Dr. GILVAN LUIZ HANSEN (Filosofia e Direito)

RICARDO PERLINGEIRO  
Presidente do Colegiado do PPGJA

#####